

FERNANDA CORRÊA GALVÃO MORAES

**O TRABALHO DO PSICÓLOGO JURÍDICO FRENTE À
CRIANÇA NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA
DOS PAIS.**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE - MS**

2012

FERNANDA CORRÊA GALVÃO MORAES

**O TRABALHO DO PSICÓLOGO JURÍDICO FRENTE À
CRIANÇA NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA
DOS PAIS.**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção de título de Mestre em Psicologia,
do curso de Mestrado em Psicologia – da
Universidade Católica Dom Bosco, sob
orientação da Profª Drª Sonia Grubits.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

CAMPO GRANDE - MS

2012

Ficha Catalográfica

Moraes, Fernanda Corrêa Galvão

M827t O trabalho do psicólogo jurídico frente à criança no processo de separação litigiosa dos pais / Fernanda Corrêa Galvão Moraes; orientação, Sonia Grubits. 2012
110 f. + anexos

Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

1. Psicologia jurídica 2. Separação judicial 3. Menores – Estatuto legal, leis, etc I. Grubits, Sonia II. Título

CDD – 340.73

Dissertação elaborada pela mestranda Fernanda Corrêa Galvão Moraes, intitulada: “O TRABALHO DO PSICÓLOGO JURÍDICO FRENTE À CRIANÇA NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA DOS PAIS”, para fim de obtenção de título de Mestre em Psicologia da UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, da cidade de Campo Grande – MS.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Sonia Grubits (orientadora/UCDB)

Prof^a. Dr^a. Anita Guazzelli Bernardes

Prof^a. Dr^a. Heloisa Bruna Grubits Freire

Prof^a. Dr^a. Marília Martins Vizzotto

Campo Grande – MS, 21 de novembro de 2012.

Dedico este meu trabalho, principalmente, aos meus amados pais, que acreditaram nos meus sonhos e lutaram por eles, pois são a minha fortaleza e me ofereceram o que há de mais sublime na vida: amor!

Dedico também a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento do mesmo e aos estudiosos em Psicologia Jurídica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e Meishu-Sama pela permissão de estar desenvolvendo esta profissão a qual tanto almejei em minha vida, trabalho que realizarei com muito afeto e perseverança, sentimentos os quais também obtive graças ao meu Senhor Supremo e ao Grande Messias, pois me deram muita força para conseguir superar os inúmeros obstáculos, aprimoramentos e purificações.

Tenho muita gratidão aos meus pais, Lúcia e Paulo, por serem meus grandes parceiros, possibilitando-me realizar este sonho, apoiando-me com amor, superando juntamente comigo os grandes momentos de crises, além de compartilhar minhas alegrias e conquistas.

Agradeço também à minha irmã Flávia, pelo apoio e força em todos os momentos, principalmente, quando tive de estar ausente. Agradeço aos meus padrinhos Dinda e Dindo, que mesmo não estando comigo todos os dias, mantiveram-se presentes a todo o momento, em minha caminhada.

Ao meu parceiro, amigo, companheiro, namorado, muito paciente e especial Miguel, para o qual nenhuma palavra descreveria o quanto foi importante para mim neste período árduo, entretanto gratificante.

Às minhas amigas queridas Francisca Flávia Costa e Simone Leonardo Cardoso: por todo apoio, por me escutar, me ajudar e principalmente pela amizade e companhia nesta jornada de trabalho.

Minha terapeuta Abigail, pelo suporte de bem-estar físico e mental, como ouvinte e auxílio no meu caminho, possibilitando-me uma nova visão das situações.

Agradeço também à minha orientadora Prof. Dr^a, Sonia Grubits, por ter aceito a minha proposta para o pleno desenvolvimento e aos psicólogos que foram grandes incentivadores para esta realização.

Essas pessoas fizeram parte da concretização de uma grande realização e, sem elas, por qualquer que seja sua parcela de contribuição, são especiais e não poderia desenvolver da mesma forma como aconteceu. A todos, minha eterna gratidão!

VERDADE

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A atuação do psicólogo no âmbito jurídico está em desenvolvimento no Brasil. Este trabalho tem como objetivo conhecer a forma de atuação do psicólogo jurídico no Mato Grosso do Sul que atua com processos pertinentes das Varas de Família, apresentando suas práticas de trabalho com as crianças envolvidas no processo de separação litigiosa dos pais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, no qual três psicólogos jurídicos foram entrevistados. A Psicologia Jurídica expande-se a cada dia, são inúmeras as solicitações de avaliações psicológicas por parte dos juízes que as utilizam para respaldar suas decisões no processo jurídico. A criança no processo de separação litigiosa dos pais sofre desgastes emocionais e possíveis consequências psicológicas, então considera-se de suma importância um trabalho do Psicólogo Jurídico para amenizar estes fatores resultantes do litígio dos pais, com um trabalho preventivo com as famílias, pois este profissional é o único que tem contato com os filhos diante deste processo. Os psicólogos jurídicos do Mato Grosso do Sul não possuem estrutura física adequada e quantidades necessárias de profissionais para atender a demanda. Há uma sobrecarga de trabalho e prazos curtos para a realização do mesmo e não há tempo hábil para desenvolver ações preventivas com as crianças e se houver necessidade encaminha-se para um acompanhamento psicológico.

Palavras-chave: psicologia jurídica, trabalho do psicólogo jurídico, escuta da criança.

ABSTRACT

This study aims to know how legal psychologists act in Mato Grosso do Sul State in cases at the family courts, presenting their work practices with children of parents in dispute. This is a qualitative, exploratory and descriptive research; in which three legal psychologists were interviewed. The forensic psychology is highly increasing. There are numerous requests for psychological assessments by judges who use to support their decisions on legal process. In the parents litigious separations process, the child suffer from emotional exhaustion and possible psychological consequences, then it is considered of paramount importance a work of the legal psychologist to mitigate these factors as a result of parent's divorce with a preventive work with the families because this is the only professional who is in touch with the children faced with this process. This paper also considers some types of work performed in other states that can be performed in Mato Grosso do Sul state, for the well being of children faced with the changes and marital disruption of their parents.

Key words: forensic psychology, work of legal psychologist, listening to the child

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFP – Conselho Federal de Psicologia

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização Não-Governamental

SAP – Síndrome da Alienação Parental

SERAF – Serviço de Atendimento a Famílias com Ação Cível

LISTA DE QUADROS

QUADROS A1 - Estrutura Física de Trabalho	57
QUADROS A2 - Materiais e Intrumentos Utilizados pelo Psicólogo para Avaliação Psicológica	58
QUADROS A3 - O Trabalho com as Crianças pelo Psicólogo.....	61
QUADROS A4 - Acompanhamento do Psicólogo as crianças após a decisão do Juiz.....	61
QUADROS A5 - O Trabalho do Psicólogo na realização da Mediação Familiar ou o Foro Possuir uma Equipe Responsável	63
QUADROS A6 - O Relatório do Psicólogo Jurídico	64
QUADROS A7 - Alienação Parental	65
QUADROS B1 - A Escuta da Criança Realizada pelo Psicólogo.....	67
QUADROS B2 - Aspectos Emocionais Percebidos pelos Psicólogos nas Crianças.....	67
QUADROS C1 - Aplicação da Guarda Compartilhada no Processo de Separação Litigiosa dos Pais	69
QUADROS D1 - Noção dos Pais Sobre a Consequencia para os Filhos Frente à Separação Litigiosa.....	72
QUADROS D2 - Aspectos Emocionais dos Pais Percebidos pelos Psicólogos.....	72
QUADROS E1 - A Adaptação das Crianças Diante da Separação Litigiosa	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	133
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	188
1.1 PSICOLOGIA JURÍDICA: Interface da psicologia com o direito	199
1.2 TRABALHO DO PSICÓLOGO JURÍDICO DA VARA DE FAMÍLIA.....	244
1.3 DIREITOS DA CRIANÇA	27
1.4 MEDIAÇÃO FAMILIAR.....	29
1.5 INSTITUIÇÃO FAMILIAR.....	30
1.6 DIVÓRCIO	32
1.6.1 SEPARAÇÃO LITIGIOSA E DISPUTA DE GUARDA	35
1.6.2 ASPECTOS EMOCIONAIS ENVOLVIDOS.....	38
1.7 EFEITOS DO DIVÓRCIO SOBRE OS FILHOS	40
1.7.1 A CRIANÇA NO PROCESSO DE LITÍGIO	42
2 OBJETIVOS.....	49
2.1 OBJETIVO GERAL	50
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
3.1 PARTICIPANTES.....	53
3.2 INSTRUMENTOS	53
3.3 ANÁLISE DE DADOS	54
3.4 PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1 O TRABALHO DO PSICÓLOGO JURÍDICO DO MATO GROSSO DO SUL..	57
4.2 A ESCUTA DA CRIANÇA	67
4.3 GUARDA COMPARTILHADA	69
4.4 PERCEPÇÃO DOS PAIS PERANTE A CRIANÇA ENVOLVIDA NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA, SEGUNDO OS PSICÓLOGOS.	72
4.5 ADAPTAÇÃO DOS FILHOS DEPENDE DA QUALIDADE DE RELACIONAMENTO DOS PAIS	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE.....	90 <u>1</u>

APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)	91
APÊNDICE II - ROTEIRO DE PESQUISA	92
APÊNDICE III - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	93
PARTICIPANTE NÚMERO 01	93
PARTICIPANTE NÚMERO 02	97
PARTICIPANTE NÚMERO 03	99
ANEXOS	106
ANEXO I - COMITÊ DE ÉTICA	107
ANEXO II - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	108
TÍTULO II - DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	108

Esta dissertação é fruto de uma identificação da pesquisadora com a Psicologia Jurídica e uma satisfação em trabalhar com crianças em consultório, as quais apareceram sempre fragilizadas diante de um conflito desgastante relacionado à separação litigiosa dos pais.

Este tema também foi pesquisado para a elaboração da monografia realizada por esta mestrande no curso de graduação de psicologia em 2009, intitulada “A Importância da Escuta da Criança pelo Psicólogo, no Processo de Separação Litigiosa dos Pais”. De acordo com os dados pesquisados de que filhos e filhas de pais separados são influenciados emocionalmente em decorrência à ruptura conjugal dos pais, principalmente aqueles provenientes de processo litigioso, refletiu-se a importância das práticas de trabalhos do psicólogo jurídico.

A atuação do psicólogo na área jurídica tem se intensificado a cada instante, nos mais diversos campos do poder judiciário e com as inúmeras solicitações por parte dos juízes, no tocante às avaliações psicológicas, os quais as utilizam para auxiliar em suas decisões.

A Psicologia Jurídica é aplicada no campo da prática judicial e constitui-se uma das áreas de estudo que resulta das relações entre a psicologia e a lei, surgindo em função da necessidade de assessorar os juízes em suas tarefas de julgamento (ROVINSKI, 2003).

O trabalho do psicólogo jurídico com crianças baseia-se no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que surgiu em 1990, com o intuito de substituir o Código de Menores, o qual dispunha “sobre a assistência, proteção e vigilância de menores” (JUAREZ, 1985, p.1). Depois do ECA a criança passa a não ser vista no sistema judiciário como um objeto de proteção, mas como um titular de um conjunto de direitos civis e políticos (BRITO; AYRES; AMENDOLA, 2006).

[...] titular de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, e não mais objeto de intervenção do mundo adulto. O ECA introduziu muitas práticas que modificaram a maneira de se atuar junto às crianças. Ampliou a forma como a sociedade deve proteger e cuidar da infância [...] sendo assim, à medida que promove os direitos da criança, acaba por revelar que ela pode não ter seus direitos completamente atendidos por apenas sua família (CASTRO; SHINE, 2008, p.12).

Este trabalho tem como foco as práticas de trabalho do psicólogo jurídico com crianças, que de acordo com o art. 2º do Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA), para efeitos da Lei somente a pessoa com até doze anos incompletos.

As crianças inseridas numa situação de processo de separação em litígio passam por um grande desgaste emocional que pode interferir e acarretar em prejuízos psicológicos para o resto de suas vidas. Muitas vezes a criança é utilizada como objeto, pois os pais se esquecem do papel parental (NERY; BRITO, 1999; TEYBER, 1992).

Atualmente é crescente o número de divórcios, conforme estudos estatísticos que corroboram com este fato no Brasil, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as separações se apresentaram estáveis entre 2008 e 2009, enquanto as taxas de divórcios diminuíram (de 1,5% para 1,4%), porém ainda estão mais elevadas que em 1999, ou seja, há um aumento contínuo de divórcios.

Esses dados crescem a cada ano e é preocupante a situação da criança envolvida neste processo de separação dos pais, visto que conforme Vilela (2007), o divórcio causa a monoparentalidade, ou seja, famílias com a presença de um genitor e seus filhos, tornando-se visível à nova formação familiar e esta não é benéfica ao desenvolvimento emocional dos filhos.

Mediante ao número de divórcios ocorridos atualmente e possíveis consequências emocionais que atingem não só a família, mas a criança envolvida se faz importante evidenciar os Direitos da Criança, pois segundo o art. 4º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é dever dos pais proporcionarem pleno desenvolvimento e formação integral dos filhos, sendo esta física, mental, moral, espiritual e socialmente.

E na separação litigiosa há uma dificuldade de relacionamento entre os pais, sendo assim é de suma importância a atuação do psicólogo jurídico em práticas de trabalho preventivo e de intervenção com os casais em litígio que possuem filhos.

Primeiramente realizar-se-iam entrevistas com psicólogos da Vara de Família, no entanto em Mato Grosso do Sul, possui apenas uma Vara de Família, sendo assim, foi preciso recorrer a profissionais de outras localidades do Estado que possuem Vara da Infância e Juventude e que trabalham com crianças em processo de separação litigiosa dos pais. Esses psicólogos fazem parte das Comarcas de

Primeira Entrância. Também foi realizado um embasamento teórico para evidenciar os aspectos psicológicos pertinentes à criança no processo de separação litigiosa dos pais de justificativa na atuação do psicólogo jurídico.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados nas entrevistas presenciais com três psicólogos e de sete psicólogos de Comarcas distantes, que responderam o roteiro de pesquisa via e-mail, entretanto não foram utilizados, visto que, os profissionais não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O objetivo principal desta pesquisa foi conhecer a forma de atuação dos psicólogos jurídicos de Mato Grosso do Sul que atuam no sistema judiciário no contexto da criança no processo de separação litigiosa dos pais, bem como conhecer as estruturas de apoio concedidas a estes profissionais.

Averiguaram-se ainda trabalhos existentes no Brasil que visam ao bem estar da criança no processo de separação litigiosa. Consequentemente buscou-se uma forma de abordar novos trabalhos que possam ser realizados no âmbito jurídico do Mato Grosso do Sul pelo psicólogo com as crianças inseridas no processo de litígio dos pais.

Sendo assim, no primeiro capítulo ressalta-se o referencial teórico no qual foi visto a ligação da Psicologia com o Direito, uma ciência subjetiva que cresce a cada dia dentro do sistema judiciário, tornando-se imprescindível o trabalho do psicólogo no campo jurídico nas Varas de Família. O trabalho com crianças relaciona-se aos direitos da criança, conforme é apresentado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). A mediação familiar é uma das novas práticas de trabalho que também incluem o psicólogo jurídico e tem como objetivo fazer com que ambas as partes envolvidas no processo possam ter a possibilidade de resolver os conflitos.

E para explorar o contexto do objetivo da pesquisa, apresentam-se também questões da instituição familiar, do divórcio, da separação litigiosa e disputa de guarda, aspectos emocionais envolvidos na mesma, o efeito do divórcio sobre os filhos e a criança no processo de litígio.

No capítulo dois são apresentados os objetivos desta pesquisa e consequentemente os procedimentos metodológicos aplicados de forma qualitativa e exploratória e descritiva quanto aos objetivos.

Os resultados e discussões foram elaborados no capítulo quatro, no qual se descreve o trabalho do psicólogo jurídico do Mato Grosso do Sul; como é a elaboração do relatório do psicólogo; sobre a alienação parental; sobre a percepção

dos pais perante à criança envolvida no processo de separação litigiosa; sobre como e por que escutar a criança; guarda compartilhada e a adaptação dos filhos frente à separação dos pais.

E na conclusão apresentam reflexões sobre as práticas de trabalho do psicólogo jurídico no Mato Grosso do Sul e o contexto do qual está inserido, bem como, intervenções já existentes com caráter preventivo em outras comarcas que visam aos danos ocasionados não só às crianças, mas a toda família que está em processo de separação litigiosa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho do psicólogo na área jurídica amplia-se diariamente. Em sua prática e em relação às publicações sobre o tema, pode se observar que ainda são poucos, mas estão em expansão. O crescimento desta ciência subjetiva, no contexto judiciário, ocorre devido à demanda de avaliações psicológicas nas necessidades de quem exerce o direito.

1.1 PSICOLOGIA JURÍDICA: INTERFACE DA PSICOLOGIA COM O DIREITO

Psicologia e Direito mesmo sendo constituídos de disciplinas distintas possuem um ponto de intersecção: o interesse pelo comportamento humano (ROVINSKI, 2007).

A nomenclatura Psicologia Jurídica vem do termo na literatura internacional *Forence Psychology*, e ambos reportam à utilização dos conhecimentos da Psicologia a serviços da justiça. De modo geral a Psicologia Jurídica é uma vertente da ciência psicológica aplicada à justiça no tocante às Varas de Família, Infância e Juventude, Trabalhista, Cível, Criminal e Sistemas Penitenciários (SERAFIM, 2009), embora muitos autores tentem diferenciar os termos Psicologia Jurídica e Psicologia Forense.

A psicologia e o direito são áreas do conhecimento científico voltadas para a compreensão do comportamento humano. Porém difere quanto ao seu objetivo formal: a psicologia volta-se para o ser, e tem como seu ponto de análise os processos psíquicos conscientes e inconscientes, individuais e sociais que governam a conduta humana; o direito por sua vez, volta-se ao mundo do dever ser [...]. Mas os planos do ser e do dever ser não são elementos independentes: eles se justapõem e se entrelaçam de maneira inextrincável em que um não pode ser compreendido sem o outro (SILVA, 2009, p. 6).

De acordo com uma das referências clássicas da Psicologia Jurídica, cita-se o Manual de Psicologia Jurídica escrito por Emílio Myra y López (1967), que teve sua primeira edição realizada em espanhol no ano de 1945 e, em 1965, foi traduzido para a Língua Portuguesa, na qual diz que a psicologia jurídica é uma extensão da psicologia que se entrelaçou no campo do Direito e que nasceu em um campo limitado, restringindo-se a trabalhar com apenas alguns aspectos do Direito: em primeiro lugar, a “Psicologia do

testemunho”; em segundo; “Confissão com provas”; em terceiro; “Compreensão do delito”; em quarto “A informação forense a respeito do mesmo” e, em último e quinto lugar, “A reforma moral do delinquente, prevendo possíveis delitos futuros”.

A psicologia jurídica vem se solidificando como uma área de atuação em plena expansão, sendo um importante campo de conhecimento científico em interface com as ciências jurídicas (SILVA, 2003).

A psicologia jurídica é uma evolução condizente com a complexidade contemporânea de hoje nos procedimentos jurídicos. Esta teve origem na avaliação de testemunhos, fato este, que contribuiu para a Psicologia Experimental no século XIX, que foi uma época na qual se requisitava a colaboração de outros conhecimentos, levando em consideração a validade das perícias psicológicas ou psicopatológicas para fins jurídicos. Sendo assim, era elaborado um psicodiagnóstico, instrumento que fornecia dados estatísticos para informar aos profissionais do Direito. A psicologia jurídica foi se desenvolvendo, teve como principal instrumento o psicodiagnóstico, aliado a técnicas psicológicas empregadas neste âmbito; tendo sido vistas como neutras, objetivas e de caráter universal (CRUZ; MACIEL; RAMIREZ, 2005).

Cabe destacar que cargos em que psicólogos atuem no Poder Judiciário no Brasil começou no ano de 1980, sendo São Paulo um dos primeiros estados a realizarem concurso público para preenchimento das vagas de acordo com Bernardi e Brito (1999).

Segundo Castro (2003), um dos grandes fatores para o desenvolvimento da Psicologia Jurídica, nos últimos anos, foi em decorrência das rápidas modificações sociais, nas quais conseqüentemente mudam os papéis sociais e o funcionamento familiar como um todo: sua forma, função, significado e configuração, além de maus-tratos que recentemente tem acontecido abundantemente contra crianças e adolescentes.

Os mais importantes acontecimentos na sociedade, sejam eles transformações da instituição familiar, sejam a escalada da violência adulta, juvenil ou infantil, ou ainda fatores relacionados com as relações de trabalho, resultando em danos psíquicos decorrentes de danos morais; todas estas

situações recorrem direta ou indiretamente, ao auxílio do Judiciário para impedir as questões relevantes, da qual vêm requisitando com maior destaque e importância nos últimos tempos, subsídio da Psicologia (SILVA, 2009).

Atualmente, o trabalho do psicólogo não tem como foco desvendar os fatos do processo para auxiliar os profissionais do Direito, mas sim, de explanar melhor a situação requerida pelo judiciário, sendo ela por intermédio de desenvolver trabalhos de intervenção, como: apoio, mediação, aconselhamento, orientação, encaminhamento e prevenção dentro do seu contexto de trabalho (CRUZ; MACIEL; RAMIREZ, 2005). O intuito é basear-se na Psicologia Jurídica como uma ciência para compreender o comportamento humano e auxiliar nas decisões que sejam satisfatórias às demandas sociais (SILVA, 2009).

Complementando, de acordo com Castro (2003), a Psicologia Jurídica também pertencem aos psicólogos penitenciários e à Psicologia Forense, sendo que esta última concerne ao trabalho do psicólogo como perito frente aos tribunais nos seus diversos ramos: Penal, Cível, Infância e Juventude, dentre outros.

O Conselho Federal de Psicologia (1992) publicou as Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil, especificando dentre diversas áreas de atuação, a de Psicólogo Jurídico: atua no âmbito da Justiça, em instituições governamentais e não governamentais, do qual colabora para o planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção de violência. Sua atuação tem como foco a orientação no dado psicológico repassado não só para os juristas, mas também aos sujeitos que carecem de tal intervenção e também contribui para a formulação, revisões e interpretações de leis. Detalhamento das Atribuições:

- Assessora na formulação, revisão e execução de leis;
- Colabora na formulação e implantação das políticas da cidadania e dos direitos humanos;
- Realiza pesquisa visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico, aplicando ao campo do Direito;
- Avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental e

insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças ou determinação da responsabilidade legal por atos criminosos;

- Atua como perito judicial nas varas cíveis, criminais, justiça do trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias a serem anexados aos processos;
- Elabora petições que serão juntadas ao processo, sempre que for solicitada alguma providência, ou haja necessidade de comunicar-se com o juiz, durante a execução da perícia;
- Eventualmente participa de audiência para esclarecer aspectos técnicos em Psicologia que possam necessitar de maiores informações a leigos ou leitores do trabalho pericial psicológico (juízes, curadores, advogados);
- Elabora laudos, relatórios e pareceres, colaborando não só com a ordem jurídica como com o indivíduo envolvido com a Justiça, através da avaliação da personalidade destes e fornecendo subsídios ao processo judicial quando solicitado por uma autoridade competente, podendo utilizar-se de consulta aos processos e coletar dados considerados necessários à elaboração do estudo psicológico;
- Realiza atendimento psicológico através de trabalho acessível e comprometido com a busca de decisões próprias na organização familiar dos que recorrem a Varas de Família para a resolução de questões;
- Realiza atendimento a crianças envolvidas em situações que chegam às Instituições de Direito, visando à preservação de sua saúde mental, bem como atendimento e orientação a detentos e seus familiares;
- Participa da elaboração e execução de programas sócios educativos destinados a criança de rua, abandonadas ou infratoras;
- Orienta a administração e os colegiados do sistema penitenciário, sob o ponto de vista psicológico, quanto as tarefas educativas e profissionais que os internos possam exercer nos estabelecimentos penais;
- Assessora autoridades judiciais no encaminhamento a terapias psicológicas, quando necessário;

- Participa da elaboração e do processo de Execução Penal e assessorar a administração dos estabelecimentos penais quanto a formulação da política penal e no treinamento de pessoal para aplicá-la;
- Atua em pesquisas e programas de prevenção à violência e desenvolve estudos e pesquisas sobre a pesquisa criminal, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica.

A psicologia jurídica na verdade surge no contexto em que os psicólogos colocam seus conhecimentos à disposição do juiz (ele que irá exercer a função julgadora), assessorando-o em aspectos relevantes para determinadas ações judiciais, proporcionando aos autos uma realidade psicológica das pessoas envolvidas que ultrapassa a literalidade da lei, que normalmente não chegaria ao conhecimento do julgador por mera exposição dos fatos; é uma análise aprofundada do contexto em que essas pessoas procuram os agentes do Judiciário, incluindo aspectos conscientes e inconscientes, verbais e não verbais, individualizados ou grupais, que envolvem os indivíduos às condutas humanas (SILVA, 2009).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2010) define o psicólogo jurídico como “não só aqueles que exercem sua prática profissional nos tribunais, mas também os que trabalham com as questões diretamente relacionadas ao sistema da Justiça”.

Não obstante as mudanças no que diz respeito à regulamentação da prática profissional do psicólogo, que nos últimos anos vêm sendo muito discutida, sobre a elaboração de laudos no sistema prisional e a questão do psicólogo Assistente Técnico e o Perito.

Ao psicólogo que atua em estabelecimentos prisionais é vedado de acordo com a resolução 009/2010 do CFP (Conselho Federal de Psicologia), de realizar exames criminológicos e participar de ações e/ou decisões que envolvam práticas de caráter punitivo e disciplinar.

O Assistente Técnico é um profissional da psicologia contratado por uma das partes envolvidas em um processo jurídico e o Perito é designado pelo juiz responsável pelo caso. De acordo com a resolução do CFP Nº008/2010 o Assistente Técnico não deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos pertinentes ao psicólogo perito e vice-versa,

para eu não haja interferência na dinâmica e qualidade do serviço realizado por ambos.

Bomfim (1994), de acordo com algumas pesquisas realizadas com profissionais da área, caracteriza requisitos necessários para a formação de um psicólogo jurídico:

1. Ter domínio das principais noções de direitos humanos e institucionais, incluindo os direitos de crianças e adolescentes, em especial aos que estão em situação de risco;
2. Conhecimento sobre instituições penais, envolvendo a legislação e a atuação do psicólogo nas Comissões Técnicas de Classificação;
3. Conhecimento sobre varas cíveis, justiça do trabalho e da família, assim como legislação e atribuição específica do psicólogo;
4. Conhecimento sobre violência, em especial a: violência contra a mulher e ações junto às delegacias especializadas, violência contra crianças e adolescentes e ações junto às delegacias especializadas e crimes sexuais;
5. Conhecimentos sobre elaboração de laudos e perícias psicológicas no assessoramento à Justiça, envolvendo o psicodiagnóstico, as técnicas de exame e as entrevistas;
6. Acrescenta-se também, a importância de se enfatizar na área o aconselhamento psicológico e as técnicas psicoterápicas como alternativas às práticas periciais que servem de subsídios às provas judiciais.

1.2 TRABALHO DO PSICÓLOGO JURÍDICO DA VARA DE FAMÍLIA

O Direito é uma ciência humana e não absoluta, sempre precisa da comunicação com outros saberes para poder acompanhar de maneira mais fidedigna à realidade da sociedade. As leis existem para normatizar as condutas e relações humanas e, no caso do Direito de Família, são evidentes as relações permeadas de afetos, desejos, sentimentos, interesses, vontades, e motivações que não estão no âmbito de aplicação do Direito e sim da Psicologia (SILVA, 2009).

A configuração de família atualmente se transformou de maneira considerável ao modelo tradicional: pai, mãe e filhos. A legislação também ampliou o conceito de família. A complexidade hoje das relações familiares pode permitir uma variabilidade do que é o relacionamento para a criança com os atuais membros da família, e os profissionais da área devem estar preparados para analisar cada caso de uma maneira singular, pois cada um deles tem ou não uma forma de lidar com as transformações e permanências desta nova configuração (SILVA, 2009).

O psicólogo jurídico realiza entrevistas com os pais e/ou outros integrantes da família e a escuta da criança de forma lúdica, mas não significa que ela deva fazer uma escolha por um dos genitores, mas oferecer uma possibilidade de expressar toda a angústia e esclarecimento de seu drama familiar. Esta escuta não está ligada à questão do Depoimento Sem Dano, visto que este é tema de grande discussão atualmente e tem como foco as crianças vítimas de violência. Quando a criança confia no profissional, pode tirar suas dúvidas quanto ao guardião ou direito de visitas, sem sentir conflitos de culpa por haver “rejeitado” um ou outro dos genitores. Assim, uma criança pode pedir durante uma entrevista, que o profissional escreva ao juiz a preferência pelo guardião, mas que não revele que foi um pedido próprio, por medo dos sentimentos do outro guardião (AFFONSO, 1999).

Existem diversos processos que tramitam nas Varas de Família, tais como (SILVA, 1999):

- Mudança de Guarda e Regulamentação de Visita, no qual o litígio existe entre os genitores;
- Mudança de Guarda, que são processos em que ambos os genitores estão em litígio ou mesmo os avós contra os genitores, brigando pelo direito de residir com a criança;
- Regulamentação de Visitas que é para aqueles que não detêm a guarda, mãe, pai ou avós e desejam visitar a criança.

Estas ações têm denominações diferentes, porém com o mesmo objetivo, o bem estar da criança. O litígio pode estar de forma latente, mas ao mesmo tempo revela conflitos da família inconsciente, que provavelmente podem ser anteriores à ação requerida. Então, analisam-se as dificuldades, os

conflitos existentes e o que cada um pode oferecer à criança. Neste contexto, não se pode deixar de avaliar: Qual o lugar que a criança ocupa nessa disputa? Será ela realmente o foco central deste processo? De qualquer forma, quando há litígio, visa-se à proteção da criança, pois ela está ligada a atitude psíquica dos pais (SILVA, 1999).

É fundamental para psicólogos que realizam trabalhos com famílias, sendo tanto no âmbito clínico quanto jurídico, preservar o máximo as competências que são apresentadas por cada um que faz parte da família, pois, a ideia é ativar a potência da família, como um sistema, o que ela apresenta de positivo e ser trabalhada terapeuticamente com aquilo que ela tem de negativo (MACIEL; CRUZ, 2009).

Teóricos enfatizam a atenção dos psicólogos forenses, para o fato da possibilidade de serem inseridos nesse contexto, com o papel de reproduzir através de seus exames periciais as posições contenciosas, quando solicitados a proceder avaliações sobre, por exemplo, com qual dos pais os filhos podem permanecer após a separação.

Os autores dizem que está implícita nessa atuação a reprodução e muitas vezes o incremento pelo profissional, da postura de disputa do casal e do sistema judiciário, pois, é pedido que ele identifique os aspectos negativos que desqualifique um dos pais para a criação de seus filhos, ou ainda, que qualifique um deles mais do que o outro para o mesmo fim. É um questionamento o qual faz parte da perícia, assim como dos profissionais os quais atuam na mediação familiar, especialmente porque a questão importante dessa situação são os pais poderem seguir um relacionamento diferente do conjugal de trocas, enquanto no interesse dos filhos e estes mantenham e sigam o relacionamento com aqueles, sem serem envolvidos em conflitos de lealdade (MARTINS, 1999).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2010) o psicólogo da Vara de Família:

[...] psicólogos que atuam em varas de família, estão sendo considerados profissionais lotados em Varas de Família, assim como aqueles que não possuem vínculo empregatício no Poder Judiciário, mas são indicados por juízes peritos, bem como os contratados por uma das partes como assistentes técnicos. Incluem-se também nessa designação os que são cedidos por órgãos públicos para desempenhar atividade profissional

perante as Varas de Família, bem como aqueles lotados em outras instituições, mas que produzem trabalhos endereçados ao juízo de família (CFP, 2010, p.13).

O psicólogo jurídico responsável pela Vara de Família trabalha com o objetivo básico de elaborar o que acontece de maneira mais fidedigna o possível, acerca da situação das crianças e suas famílias. Deste modo, auxilia o juiz na disputa de guarda, adoção, de modo que respeitem as características psicológicas de cada caso, enfatizando a saúde mental da criança ou do adolescente envolvidos (SILVA, 2009).

É de suma importância conhecer o trabalho do psicólogo jurídico para compreender suas práticas de trabalho, para que se possa focar o atendimento com as crianças envolvidas no processo de separação litigiosa dos pais, além do qual necessita o conhecimento dos direitos da criança como amparo dessas práticas de trabalho, pois é por intermédio das leis que se baseia também o trabalho do psicólogo jurídico.

1.3 DIREITOS DA CRIANÇA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi originado em 1990, com o intuito de substituição ao Código de Menores e este por sua vez, regulamentava a assistência, proteção e vigilância dos menores. O ECA compreende de maneira diferente a criança e o adolescente, que deve ser titular de seus direitos comuns a qualquer pessoa e não mais utilizados como objeto de intervenção do mundo adulto.

Com a implantação do ECA o trabalho do psicólogo jurídico se ampliou, foi sendo envolvido nas atividades da área pericial, em acompanhamentos e aplicação das medidas de proteção ou medidas socioeducativas (TABAJASKI; GAIGER; RODRIGUES, 1998 *apud* LAGO, 2009). A expansão no campo de atuação dos psicólogos gerou um aumento no número de profissionais nas instituições judiciárias, frente à legalização de cargos em concursos públicos no judiciário, como exemplo a criação de cargos para psicólogo nos Tribunais de Justiça dos estados de Minas Gerais em 1992, Rio Grande do Sul em 1993 e Rio de Janeiro em 1998 (ROVINSKI, 1998).

O ECA instituiu práticas modificadoras no processo de atuação junto à criança e ao adolescente, ampliou a forma da qual a sociedade deve proteger e cuidar da infância por intermédio da criação dos Conselhos Tutelares e (ONGs) Organizações Não-Governamentais (SHINE, 2005).

Em relação às Varas de Família, também ocorreram muitas mudanças no Código de Processo Civil, tendo por base, o estatuto da união estável. O ECA prioriza que a criança não deva ter seus direitos compreendidos somente pela família, considerando a sua autonomia em face de sua família, podendo a mesma exercer escolhas pessoais, independente de estarem de acordo com os pais (SHINE, 2005).

[...] A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) baseado na doutrina da proteção integral, que assegura o direito de convívio da criança com ambos os genitores, e da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, passa-se ao entendimento de que a criança deve ter o direito de ser educada pelo pai e pela mãe, mesmo que separados. Direitos estes que devem ir além das restritas visitas quinzenais, normalmente conferidas aos genitores que não vão residir com a criança (CARIELLO; BRITO, 1999, p. 153).

O foco deste trabalho se permeia no Título II, Capítulos I, II e III, dentre eles o art. 19 do ECA, que prioriza que toda criança tem direito de ser criada e educada no seio de sua família e o art .4º deste Estatuto que diz que tem como dever da família assegurar a convivência familiar, bem como, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à liberdade, ao respeito, à cultura, entre outros. No Anexo II consta o Estatuto da Criança e do Adolescente de forma mais detalhada.

Todo o trabalho com crianças necessita ser pautado nas leis que vigoram no país e, como a base deste trabalho tem relação com a criança envolvida no processo de separação litigiosa, sendo o foco da prática de trabalho do psicólogo jurídico, faz-se necessário o conhecimento sobre o mesmo e também a respeito de outra prática de trabalho que pode ser realizada pelo psicólogo em mediar os conflitos dessas famílias em litígio, visto que necessita de uma terceira pessoa neutra na situação, que não seja nem amigo e/ou familiar das partes, mas sim uma pessoa de competência técnica

para ajudar ambos os genitores reconhecerem seus problemas e dialogarem na resolução dos mesmos pela mediação familiar.

1.4 MEDIAÇÃO FAMILIAR

As práticas de trabalhos para amenizar os conflitos estão em pleno desenvolvimento. A mediação familiar é um exemplo, sua prática social tem o objetivo de estabelecer ou restabelecer a comunicação pelas partes, mas também os dois sistemas que estão interagindo: a família e o Judiciário (ALMEIDA, 1999).

Essa prática social deve ser fundamentada teórica e tecnicamente, por meio da qual uma terceira pessoa, que seja treinada e neutra na situação, ensina às partes que estão em disputa, a buscarem recursos pessoais para conseguirem transformar o conflito (BARBOSA, 1999).

[...] Um mediador, facilita a comunicação, promove entendimento, leva as partes a se focarem em seus interesses e procura soluções criativas que deixem as partes livres para chegar a um acordo próprio (KOVACH; LOVE, 2004, p.107).

Foram reunidas teoria e prática para serem trabalhadas de maneira que uma venha a dar sentido e a outra compreensão. A mediação desses conflitos familiares é uma forma de resolver as disputas respeitando a diferença das partes, levando a autonomia de vontades dos envolvidos, sua autodeterminação, considerando a capacidade de alcançar a percepção do outro, não como um inimigo a derrubar, mas sim como um parceiro com quem se divide problemas a serem gerenciados e resolvidos, de uma lógica adversária para uma lógica cooperativa e conjunta (MÜLLER; CRUZ; BARTILLOTTI, s/d *apud* ROVISNKI; CRUZ, 2009). Um comparativo a esta colocação é:

[...] O tênis [litígio judicial] é um jogo feroz e ameaçador, cuja meta é derrotar o adversário. O bom jogador é aquele que sabe o ponto fraco do adversário, e é para aí que dirige a sua cortada – palavra sádica que indica cortar, interromper, derrotar. Termina com a alegria de um e tristeza de outro. O frescobol [mediação de conflitos] se parece com o tênis. Só que para o jogo ser bom, nenhum dos dois pode perder. Se a bola veio meio torta, não é de propósito e se faz esforço para devolvê-la bem. Não há adversário porque não há ninguém a

vencer. Ou os dois ganham ou ninguém ganha (MÜLLER; CRUZ; BARTILLOTTI, s/d *apud* ROVISNKI; CRUZ, 2009).

A mediação consiste em um método de abordagem que necessita de conhecimentos específicos. Ter uma equipe auxiliar é muito importante para o encaminhamento e até mesmo para garantir a eficácia da mediação. Psicólogos, advogados, assistentes sociais, são alguns dos profissionais que podem integrar na equipe, pois o mediador no seu papel, não pode desempenhar outra função, pois pode ameaçar a neutralidade e a própria mediação (SANGALLI, 1999).

O Conselho Federal de Psicologia destaca a mediação como uma prática de suma importância, principalmente nos casos de divórcio, pois é uma técnica caracterizada por fortalecer a capacidade de diálogo, a fim de se chegar a uma solução negociada dos conflitos (CFP, 2010).

Sendo a família o contexto do foco desta pesquisa, a qual está relacionada ao trabalho do psicólogo jurídico, faz-se necessário conhecer a respeito da família, que é a causa e consequência da ruptura conjugal dos pais.

1.5 INSTITUIÇÃO FAMILIAR

A família é uma estrutura social básica em que os indivíduos interagem constantemente, possuem papéis diferenciados e definidos, socialmente aceitos, reconhecidos e determinados. A sociedade tem uma cultura e padrões à família, mas também pode ser influenciada e modificada por ela. É constituída por um sistema contínuo de troca de referências, que acentua as transformações sociais e as da família (GUEDES-PINTO, 1999).

Segundo Simionato e Oliveira (2003), a família sofre fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, das quais ocasionam mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como em alterar a sua estrutura no que diz respeito à composição familiar. Em meio a sua grande capacidade de ajustar-se às novas exigências do meio, a família consegue sobreviver frente às intensas crises sociais. Ela é a matriz mais importante no que diz respeito ao desenvolvimento humano e também é a principal fonte de saúde de seus membros.

A sociedade contemporânea possui uma acelerada mudança de valores nas relações familiares e a separação tornou-se algo banal, visto que, em outras épocas as pessoas tinham como intuito o casamento para o resto de suas vidas, e hoje separar é a primeira alternativa para resolução dos problemas conjugais (CASTRO, 2003).

Martins (1999) coloca que essa transformação na concepção de família, evoluiu de uma estrutura hierárquica para ideal igualitário e democrático. A família hierárquica foi considerada indestrutível na sociedade e, hoje em dia, é aceito o divórcio e a separação. As leis acompanharam muito lentamente esse processo de mudança no Direito da Família e o divórcio foi introduzido em nosso país no ano de 1977.

O divórcio ou a dissolução do vínculo conjugal é uma das mudanças mais complexas, pois leva a transformações em todos os níveis geracionais, atingindo toda a família, nuclear e de origem (MACIEL; CRUZ, 2009).

A desestruturação da família, segundo Guedes-Pinto (1999), vem rodeada de uma simbologia social, que é a da falência: de um sonho, de um ideal, de um projeto de vida, da busca da felicidade. Pode caracterizar o descumprimento do pacto social. Nenhum dos indivíduos envolvidos quer se responsabilizar pela falência e, então, é preciso encontrar a culpa desta no outro.

No Brasil o casamento pode ser rompido desde 1977, quando foi sancionada a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515, de 26/12/1977). Ao ser desfeita a união conjugal, há possibilidade de serem formados novos casais, surgindo por vezes, as indagações a respeito sobre os cuidados e as atribuições com os filhos da união anterior (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

Existem várias situações que são apresentadas no processo de litígio: mães que detêm a guarda legal e não querem que os filhos mantenham contato com o pai; a situação inversa onde o pai impede o contato dos filhos com a mãe; os pais que se ausentam por não assumir o filho a princípio, mas depois de meses ou anos, procuram-no; as mães que concordam em passar a guarda da criança para terceiros, por variados problemas e que, após um tempo, desejam estar com a mesma; filhos que se recusam a encontrar-se com um de seus genitores do qual não detêm a guarda legal (JUNIOR, 1999).

Sendo assim, os filhos são parte e vítimas do conflito de seus pais. Eles ficam presos à vontade dos pais e, supostamente, não podem exercer seu direito de amar ou querer estar com os dois. Eles são influenciados a excluir um de seu sentimento de afeto e passam a conviver com a incerteza do que é certo e errado (GUEDES-PINTO, 1999).

A criança é obrigada a arcar com o rompimento de uma situação familiar, mais ou menos estruturada e é sobrecarregada com a possibilidade de vir a prescindir de um dos pais ou dos dois, visto que neste momento estes estão impedidos de considerações à sua subjetividade (MACHADO; CORREA, 1999).

Em suma, cabe a importância do saber sobre o estado da(s) criança(s) e adolescente(s) envolvido(s). Partindo deste ponto e de que o processo judicial é uma das fases do litígio familiar e que seu fim não significa o final do conflito da família e do sofrimento sintomático de vivência familiar, que foi pensado por profissionais de Serviço Social e Psicologia, a viabilidade conforme a necessidade de um acompanhamento posterior ao processo jurídico (JUNIOR, 1999).

Por isso se faz necessário conhecer o trabalho do psicólogo jurídico com essas crianças envolvidas no processo de separação litigiosa dos pais, pois é o psicólogo que entra em contato tanto com os pais quanto com as crianças, ele é o profissional que consegue identificar os possíveis prejuízos causados na criança pela ruptura da família e como a criança se encontra dentro do litígio de seus pais.

1.6 DIVÓRCIO

Todos querem acreditar que o amor é para sempre, mas é infinito enquanto dura. E quando ele não existe mais, há a ruptura do casamento, o novo relacionamento com os filhos aliados aos direitos e deveres e a partilha de bens (DIAS, 2010).

Em 1916 o Código Civil regulava a família como constituída unicamente pelo matrimônio. Em face original trazia uma estreita e discriminatória visão de família, limitada ao grupo originário do casamento. Era

impedida a dissolução, fazia a distinção entre os membros e qualificações discriminatórias às pessoas unidas sem casamento e aos filhos advindos desse tipo de relação. Os vínculos extramatrimoniais e filhos ilegítimos eram punitivos, principalmente para excluir direitos (DIAS, 2005).

A modificação da família, conseqüentemente, forçou sucessivas alterações legislativas, uma das mais relevantes foi o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº. 4.121/62), na qual desenvolveu plena capacidade à mulher casada e concedeu-lhe bens reservados que lhe asseguravam a propriedade exclusiva dos bens adquiridos em resultado de seu trabalho (DIAS, 2005).

A primeira lei do divórcio foi em 1893, por intermédio do deputado Érico Marinho que em 1896 e 1899 renovou sua proposta divorcista que foi sem sucesso. Apenas em 1916, Clóvis Beviláquia conseguiu oficializar o “desquite” no Brasil, mas não proporcionava o direito de um novo casamento. Em 1977 o senador Nelson Carneiro, conseguiu instituir no Brasil o divórcio, do qual gerou muita polemica, pois os divorciados poderiam ter um novo casamento (BOTTEGA, 2010).

Após trinta anos, surgiu uma nova lei para facilitar os pedidos de divórcio, do qual se originou o “divórcio cartorário”, quando há ruptura do vínculo patrimonial consensual e preencher os requisitos previstos em lei (BOTTEGA, 2010).

Mas a legislação brasileira por um tempo determinava prazos para o divórcio de fato, era preciso primeiramente estar separado pelo período de um ano para consegui-lo e o divórcio direto era possível após dois anos de separação (DIAS, 2010).

Sendo assim, a Emenda Constitucional nº 66/2010 surgiu como uma facilitadora no que diz respeito ao sistema de dissolução matrimonial brasileiro, pois tem a liberdade de buscar o divórcio no dia seguinte ao seu casamento, sem a necessidade de um prévia separação judicial ou de fato (MESSIAS, 2011).

A Emenda Constitucional nº 66/2010 que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, extinguiu a separação prévia de 1 (um) ano ou de separação de fato comprovada por mais de 2 (dois) anos.

Neste caso a lenta e dramática dissolução vincular do casamento civil foi finalizado (RIBEIRO, 2011).

Mesmo diante de tantas mudanças legislativas, o divórcio não deixa de ser uma grande transformação na vida da família. Wallerstein e Blakeslee (1991) apontam o divórcio como a esperança de um recomeço, a procura ao alívio de algo que lhe desgastava e sendo assim, estar supostamente possível reconstruir a vida de uma nova maneira, aliviando as pessoas de tensões antes existentes, porém o mesmo não muda o que já foi feito.

O divórcio possui três fases conforme Wallerstein e Blakeslee (1991):

- Aguda (primeira): começa desde quando se percebe que o casamento não corresponde mais às necessidades, estimulando a adversidade dentro da relação. Após a decisão do divórcio nesta fase, emanam sentimentos de raiva, tristeza, impotência e desorganização da família nos cônjuges. Com o término do relacionamento, os impulsos passam a dominá-los, podendo tanto ocorrer casos de violência por parte de um deles, quanto algumas fantasias sexuais aflorarem motivados pelo sentimento de liberdade sexual;
- Transição (segunda): é quando o cônjuge divorciado atribui a seu cotidiano novas atividades, reencontrando velhas amizades e até mesmo se envolvendo em novos relacionamentos;
- Da Estabilidade (terceira): os cônjuges divorciados se reestabelecem como uma nova unidade de família, segura e em pleno funcionamento.

O divórcio é um processo de mudança que pode remeter a prejuízos para quem está se desligando da relação como também para os filhos. Com os filhos a questão do divórcio fica mais complexa, visto que, não se trata só de um término de relacionamento, mas também um início de parentalidade de pais divorciados, pois os mesmos ainda precisarão de cuidados (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010).

1.6.1 SEPARAÇÃO LITIGIOSA E DISPUTA DE GUARDA

O casamento tem geralmente como base o amor entre as duas pessoas. É uma mistura de fantasia, desejo e realidade. Há idéia do eterno, mesmo quando as relações têm base no fator econômico, também tem sonho e desejos envolvidos. Mas depois que tudo começa, há os que conseguem concretizá-los e também os que não os conseguem, surgindo os conflitos (CARPINELLI, 1999).

[...] Conflito significa tensão, luta ou briga entre duas partes; acontece nas interações, entre duas ou mais pessoas, grupos ou organizações, raças, nações, etc. Entendendo, aqui, interações como as ações verbais, gestuais e afetivas, que se dão numa relação (CAMPPANARI *et al.*, 1999, p. 335).

E novamente há os que conseguem superar os conflitos e outros não, pois podem ser acatados como insuperáveis, principalmente quando um parceiro não se percebe ou não consegue perceber as necessidades do outro, e estes são fatores dos quais podem levar um casal ao fim da relação, à separação conjugal (CARPINELLI, 1999).

Quando a separação não acontece em comum acordo, ocorrem os casos de litígio, onde uma das partes não a aceita (SANGALLI, 1999), que segundo uma vasta literatura é apontada por ser um dos eventos mais estressantes dentro de uma família, proporcionando desestabilização e fragilização emocional (MOTTA, 1999), ainda mais quando no processo há a disputa de guarda dos filhos.

Nos anos 90 a adjudicação de guarda esteve em processo de mudança contínua. Os meios tradicionais na decisão sobre a guarda das crianças mudou, mas ainda não apareceram diretrizes claras para os pais. Surpreendentemente a lei já deu vantagem aos pais em relação à guarda exclusiva dos filhos e só depois passou o privilégio à mãe. Mas hoje em dia a grande confusão deriva do contexto em que o sistema judiciário tenta um novo meio para determinar a responsabilidade compartilhada (TEYBER, 1995), que é apresentada no capítulo de “Resultados e Discussão”, desta dissertação.

Quando a guarda é estabelecida de forma aberta, há mais probabilidade de conflitos. Deve-se ter muita compreensão e amadurecimento

dos pais para que possam se adequar aos limites propostos. O regime de visitas pode facilmente propiciar a invasão do espaço pessoal, tanto do genitor não guardião quanto a do guardião, pois um pode tumultuar a vida do outro (SANTOS, 1999). As visitas antigamente eram concedidas para os pais, sendo a única garantia de que iriam continuar a ver seus filhos, pois a mãe era a que mais frequentemente tinha o direito preferencial da guarda (SILVA, 1999). Atualmente, independente de quem possua a guarda, também surgem direitos e deveres aos genitores, e estes devem ser direcionados para obterem o pleno desenvolvimento e a formação integral dos filhos, sendo física, mental, moral, espiritual e social, atendendo ao que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seu artigo 3º (Lei n.º 8069 de 13.07.1990) (SANTOS, 1999).

Mas hoje em dia, há uma melhor forma, dos pais obterem êxito no que se refere ao desenvolvimento e à formação de seus filhos:

[...] Em 13/06/2008 foi aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei nº 11.698/08 (originalmente, o Projeto de Lei nº 6.350/2002 e PL nº 058/2006 do Senado), que institui e regulamenta a Guarda Compartilhada, alterando os artigos nº 1.583 e 1.584 do Código Civil de 2002. Essa modificação na legislação brasileira, que regulamenta as relações familiares, é uma importante conquista para a sociedade brasileira (SILVA, 2008, p. 22).

Ao longo da história, frente à separação dos pais, os filhos obtinham a guarda materna pela Lei do Divórcio, em seu art. 10, §1º. Essa alteração feita na Lei 11.698/2008 na nova redação do Código Civil deixa de ser prioridade a guarda individual. Além de ser definido o que é guarda unilateral e guarda compartilhada (CC 1.583, §1º), sendo que a esta última é dada preferência (CC 1.584, §2º), por garantir a presença de ambos os genitores no crescimento e desenvolvimento da prole. É assegurada a ambos a responsabilidade conjunta, nos direitos e deveres, de forma igualitária, pertinentes à autoridade parental (DIAS, 2010).

É de suma importância que a guarda compartilhada venha a ser aplicada de forma correta, pois assim, ameniza vários prejuízos graves que as crianças de pais separados adquirem, ajudando-as quanto à orfandade de pais vivos, as quais têm seus vínculos destruídos com o genitor não guardião pela síndrome da alienação parental (SAP). Os sentimentos de abandono e

desapego ao genitor ausente fazem com que essas crianças apresentem sintomas psicossomáticos ou psicológicos desta perda.

A guarda compartilhada torna-se um sistema parental que melhor atende às necessidades da criança, dentro do processo de separação, pois não há perdas de referências e dificuldades de relacionamento. Também existe a guarda alternada, que ocorre alternadamente segundo um período de tempo pré-determinado (anual, semestral, mensal, ou até mesmo com uma repartição no dia). No período em que a criança estiver com tal genitor as responsabilidades, decisões e atitudes são exclusivas dele naquele momento (SILVA, 2008).

Nick (1997) define que a guarda compartilhada é a possibilidade dos filhos de pais separados serem assistidos por ambos, ou seja, assegurando-os quanto a seus direitos previstos em lei, de acordo ao ECA, à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar comunitária.

[...] A guarda compartilhada mantém, apesar da ruptura, o exercício em comum da autoridade parental e reserva, a cada um dos pais, o direito de participar das decisões importantes que se referem à criança (LEITE, 1997, p. 261).

De acordo com Grisard (1999) quando a guarda é deferida a apenas um dos genitores, limita o seu exercício por aquele que não a detém, então deve ser estimulada a guarda compartilhada, pois possibilita a convivência permanente da criança com ambos os pais, favorecendo a continuidade e fortalecimento dos laços afetivos já existentes.

A guarda compartilhada segue o princípio disposto no art. 20 da Lei nº 6.515/77 (Lei do Divórcio), a saber: “Para manutenção dos filhos, os cônjuges, separados judicialmente, contribuirão na proporção de seus recursos”. Sendo assim, é garantido o auxílio mútuo entre os cônjuges, na medida das suas necessidades e possibilidades, levando em consideração que ambos assumem a responsabilidade com as despesas de seus filhos (SILVA, 2009).

Zerger (2007) também evidencia que mesmo a guarda sendo de apenas um dos genitores na guarda compartilhada, toda a responsabilidade relacionada com a criação e educação são igualmente de ambos. Os horários

de visitas e a divisão do tempo da criança durante as férias, feriados, fins de semana, são mais flexíveis, o que basta para isso, é que os pais estejam de acordo.

Silva (2009) ressalta que na guarda compartilhada o genitor que não detém a guarda física, não terá limitações no que diz respeito à supervisão da educação dos filhos, mas ambos participarão efetivamente como detentores de poder e autoridade para tomar as devidas decisões, que englobe a educação, religião, cuidados com a saúde, formas de lazer, estudo, dentre outros. A guarda compartilhada também tem suas contraindicações como no caso de falta de condições operacionais adequadas dos genitores; não possuir uma habitação adequada para receber os filhos; morar muito longe da escola ou das atividades frequentadas por eles; ter um horário de trabalho que não permita atenção adequada e suficiente, entre outros.

No entanto há uma resistência em sua aplicação por parte dos juízes, porém pode-se fomentar os advogados que atuam na área da família, com relação ao conhecimento prático da guarda compartilhada, doutrina e a jurisprudência resultando em processos com maior ênfase de incidência e, conseqüentemente, maximizando resultado às cortes superiores (OLIVEIRA, 2012).

A ruptura conjugal sendo litigiosa ou consensual traz consigo aspectos emocionais envolvidos em ambas as partes, pela família e filhos, do qual faz parte ser analisado nesta pesquisa para descrevermos as práticas profissionais dos psicólogos jurídicos que atendem crianças no processo de separação litigiosa dos pais e a importância deste trabalho com as mesmas.

1.6.2 ASPECTOS EMOCIONAIS ENVOLVIDOS

Nas Varas de Família os processos não trazem apenas pedidos jurídicos, mas também mensagens emocionais inconscientes de frustração, raiva, revolta, desejos insatisfeitos, devido a quebra de “pactos” que se estabelecem desde o princípio do casamento e que acabam nos processos judiciais, trazendo sofrimento e sendo doloroso para toda a família (SILVA, 2009).

As emoções nesses casos são evidenciadas de forma mais intensa para o casal e os filhos, além da própria família de cada um dos genitores, principalmente quando estão em jogo questões patrimoniais. Os conflitos podem ser mais acirrados quando há essa disputa de interesse, como a da guarda dos filhos, ou até mesmo dos patrimônios (CRUZ; MACIEL; RAMIREZ, 2005).

Com a separação, o vínculo matrimonial é quebrado, mas o de parentalidade de ligação entre pais e filhos deve ser preservado e vivenciado. A família toma nova forma estrutural, e passa por várias fases de adaptação. O sistema familiar se mantém em alguns subsistemas, onde podem descartar outros e desenvolver terceiros (SANTOS, 1999).

As crianças têm saúde mental associada ao bem-estar dos pais e à qualidade do relacionamento entre ambos. Sendo assim, eles têm probabilidade grande de desenvolver problemas de ajustamento quando crescem em uma família em que os pais estão em conflito, vivendo juntos ou não. Porém, quando o ambiente for positivo e no divórcio puder se conter a escalada de conflitos entre os cônjuges, os filhos podem ser competentes e bem ajustados e sucedidos (HETHERINGTON; STANLEY-HAGAN, 1999 *apud* SOUZA, 2006).

O que ocorre no processo de litígio são os sentimentos de medo, hostilidade, ódio, vingança, depressão e ansiedade (CRUZ; MACIEL; RAMIREZ, 2005), a perda e o luto atingem os genitores que se separam e os filhos, por ser um processo de mudança e separação (SANTOS, 1999).

De acordo com um estudo realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, a qual investigou os aspectos emocionais existentes na percepção dos ex-cônjuges no processo de separação litigiosa, constata-se altos índices de aspectos psicológicos negativos, em especial a ansiedade. Outro fator encontrado foi de que uma possível depressão estaria aliada à possibilidade da perda da guarda de seus filhos e ao insucesso no relacionamento conjugal (CRUZ; MACIEL; RAMIREZ, 2005).

O mesmo estudo aponta que o desgaste emocional é proveniente de muita discussão apresentando sintomas de dormir mal. Metade dos participantes desta pesquisa relata se sentirem descontrolados a ponto de

querer agredir fisicamente seu ex-cônjuge. Fatores de preocupação com o processo, com o futuro e aperto no peito, bem como perceber-se impaciente, principalmente pelo desfecho do processo de separação litigiosa são evidenciados nesta amostra (CRUZ; MACIEL; RAMIREZ; 2005). Então, pode-se concluir com esta pesquisa, que realmente a criança se encontra em um contexto no qual está totalmente desorganizado psiquicamente por influência dos seus pais.

Segundo Motta (1999), geralmente a parte que toma iniciativa da separação sente culpa, por não ter suportado mais e ter deixado seu/sua parceiro (a), e a outra parte por outro lado vitimiza-se, fazendo com que o outro se sinta mais culpado por suas ações, envolvendo também diretamente os filhos. Mas, de acordo com o princípio pelo Direito da Família, este sentimento em relação aos filhos é inapropriada, pois tem como objetivo a punição, e não proteger o interesse das crianças, sendo de mais valia a definição, pelos pais, sobre o que é mais conveniente para um saudável desenvolvimento das crianças.

O processo de separação conjugal litigiosa, tendo a disputa de guarda como foco, implica em uma série de adaptações e dificuldades em vários aspectos, sendo eles: social, afetivo, relacional, psicológico e financeiro (CRUZ; MACIEL; RAMIREZ, 2005).

1.7 EFEITOS DO DIVÓRCIO SOBRE OS FILHOS

Segundo Teyber (1995), muitos pesquisadores na década de 70 do século XX começaram a estudar as questões dos efeitos do divórcio sobre os filhos, trazendo muitas informações, inclusive da importância de distinguir as reações imediatas da separação, ou de curto prazo, ou de longo prazo, podendo ser mais de dois anos.

Os mesmos constataram, com relação ao curto prazo, que os filhos ficam chocados, surpresos e muito perturbados logo após a separação dos pais, sendo que inicialmente, os meninos mais que as meninas. Mesmo quando há brigas e discussões os filhos não querem o divórcio, e com mais ou menos um ano após a separação, os pais observam mais raiva, medo,

depressão e culpa nos filhos, os quais, são situações amenizadas no segundo ano.

Em relação às reações a longo prazo, foi constatado que algumas pessoas continuam zangadas ou rejeitando o genitor que partiu, algumas sentem tristeza e saudades, outras se apegam a lembranças irrealistas e idealizadas da família intacta. Algumas se julgam carentes e relatam que foram privadas da infância. No entanto, há pessoas que se consideram mais fortes e independentes em consequência do divórcio dos pais. É de se compreender que muitos destes adultos sintam preocupações intensificadas quando se tratam de lealdade, confiança e segurança nos relacionamentos conjugais (TEYBER, 1995).

De acordo com uma pesquisa realizada por Peck e Manocherian (1995), a respeito do processo de divórcio ocorrido nas diferentes fases do ciclo de vida familiar, quanto à existência de filhos pequenos, podem dividir-se em dois subgrupos: em idade pré-escolar e na escola elementar.

No primeiro caso, as autoras enfatizam o aumento de estresse e intensidade no relacionamento entre o genitor guardião e os filhos, por conta das dificuldades enfrentadas na condução do divórcio e na educação das crianças, podendo as mesmas apresentar regressão em seu comportamento. O apoio da família extensa neste momento é muito importante no enfrentamento do processo de divórcio nesta fase, pois de acordo com Papalia & Olds (2000), todos os aspectos de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social estar interrelacionados, e as influências a seu redor podem ter um impacto mais profundo – para pior ou melhor- sobre sua saúde física e o crescimento cognitivo.

Quanto às crianças de seis a oito anos, que estão na fase escolar elementar, são as que sofrem maior impacto do divórcio, pois, já conseguem compreender o que está acontecendo, apesar de não possuírem maturidade suficiente para lidar com o rompimento. Em casos de divórcio litigioso, as crianças podem ser envolvidas em conflitos de lealdade intergeracional, bem como assumirem papéis parentais, que podem prejudicar seu desenvolvimento saudável (COSTA *et al.*, 2009).

1.7.1 A CRIANÇA NO PROCESSO DE LITÍGIO

O divórcio causa uma grande mudança em toda a família e, sendo uma separação litigiosa, esta causa uma intensa crise emocional a todos da família, principalmente se não há consenso sobre a guarda. Os filhos por sua vez, podem se tornar objeto de posse, causando um desgaste emocional fortíssimo, pois na quebra do contrato matrimonial, muitas vezes é esquecido o compromisso parental e a família, a qual oferecia proteção contra os perigos externos, parece desmoronar, podendo transformar o mundo da criança, em algo mais ameaçador e inseguro (NERY; BRITO, 1999).

O litígio também pode ser alimentado pela expectativa da decisão e/ou pelo resultado final, pois é como se fosse reorganizar a vivência psicológica ou restaurar as emoções destruídas. Há espera pelo prêmio almejado com desejo intenso, e por sua vez esta decisão assume um valor de comprovação da verdade dos fatos, quem está certo, ou errado (ZUIM, LEITE, 2010).

Diante da decisão de guarda, há uma grande preocupação com as crianças, pois possuem necessidade de conviver com seus genitores, independente da situação conjugal. Por conseguinte, pode-se avaliar que o exercício da parentalidade está ou não ameaçado em tal momento. A principal preocupação é em relação ao desenvolvimento emocional da criança (CARRIELO; BRITO, 1999).

Os filhos também passam a vivenciar um grande conflito diante da separação dos pais, porque além do sofrimento de perda da convivência de um dos genitores, eles se tornam o centro da batalha, pois para os pais, é muito importante assegurar a sua posse. Em muitos dos casos, existe a luta para garantir a segurança e felicidade dos filhos, mas não é percebido que eles são seres com vontades e direitos próprios (GUEDES-PINTO, 1999).

Dentro deste conflito, também existe a culpa sentida pelos filhos, que se perguntam consciente ou inconscientemente se foram culpados pela separação; ou se foi por sua causa que seu pai saiu de casa; o porquê de ele ter sido abandonado; se pode continuar gostando de seu pai, já que ele não está mais com sua mãe; ou por que continua a se sentir bem junto a ele/ela, se

por sua causa o outro pode estar sofrendo; ou por que pode ter feito algo muito grave do qual o pai não queira mais dar dinheiro para a mãe. Este pode ser denominado um conflito de lealdade, o qual causa grande sofrimento nos filhos. Essas lealdades se dividem, normalmente os pais usam como forma de “guerra particular” e muitas vezes não veem que isso, causa grande sofrimento nos filhos (MOTTA, 1999).

De acordo com um estudo realizado sobre as percepções infantis em relação aos seus genitores, verifica-se que no primeiro ano de separação dos pais, a criança percebe de forma mais positiva o seu genitor guardião, do que o outro genitor, que lhes visita, ou que permanece junto nos finais de semana ou que se veem de quinze em quinze dias (CRUZ; MACIEL; RAMIREZ, 2005).

Alguns pais transferem para o filho seus próprios medos e frustrações, mágoas e adversidades em relação ao outro cônjuge. São raros os pais que conseguem se comunicar com o filho de forma imparcial, como por exemplo, conversar com o filho sem denegrir a imagem do outro em relação a uma possível ausência: “você estava esperando o papai e ele não veio, pode ter ocorrido algum problema com ele, algum imprevisto, você quer telefonar para ele para conversar?” (FIORELLI; FIORELLI; JUNIOR, 2010, p. 27).

Diante destes dados, faz-se importante conhecer as práticas de trabalho dos psicólogos jurídicos com as crianças no processo de separação litigiosa dos pais, uma vez que, o parecer do psicólogo ajuda a prevenir possíveis prejuízos psicológicos na criança, bem como verificar se a mesma está sendo manipulada pelo genitor guardião, causando síndromes posteriores, como as citadas no decorrer deste capítulo.

1.7.1.1 Possíveis síndromes diante da ruptura conjugal

Há a manipulação das crianças por um dos genitores para obter maior êxito no resultado da separação, ou seja, para que aconteça o que realmente o genitor manipulador queira, geralmente contra o outro genitor. A área familiar passa a transfigurar as dificuldades sociais, de relacionamento e imaturidade diante do processo litigioso (SANGALLI, 1999). Essas situações de manipulação são chamadas de Alienação Parental ou Síndrome da Alienação

Parental, processo do qual foi estudado pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner¹:

A alienação parental é um processo que consiste em programar uma criança para que odeie um de seus genitores (o genitor não-guardião) sem justificativa, por influência do outro genitor (o genitor guardião), com quem a criança mantém um vínculo de dependência afetiva e estabelece um pacto de lealdade inconsciente. Quando essa síndrome se instala, o vínculo da criança com o genitor alienado (não-guardião) torna-se irremediavelmente destruído (GARDNER, 1998 *apud* SILVA, 2008, p. 24).

A alienação parental é um termo genérico que reúne várias situações distintas. Ela corresponde à relação particular de um ou vários filhos com somente um dos dois genitores. Sobrepõe-se também a casos de sequestro parental ou de alcoolismo, abuso sexual, maus-tratos ou negligência por parte do genitor de quem as crianças estão cortadas. Em certos casos, esta alienação se justifica totalmente e se constitui até no único modo de preservação mental da criança (GOUDARD, 2008).

E a SAP (Síndrome da Alienação Parental), é uma patologia psíquica grave, da qual acomete o genitor que tem o desejo de romper o vínculo da criança com o outro e a manipula afetivamente para conseguir efetuar seu objetivo (SILVA, 2008).

[...] A SAP deriva de um sentimento neurótico de dificuldade de individuação, de ver o filho como um indivíduo diferente de si, e ocorrem mecanismos para manter uma simbiose sufocante entre mãe e filho, como a super proteção, dominação, dependência e opressão sobre a criança. A mãe acometida pela SAP não consegue viver sem a criança, nem admite a possibilidade de que a criança deseje manter contatos com outras pessoas que não com ela. Para isso, utiliza-se de manipulações emocionais, sintomas físicos, isolamento da criança com outras pessoas, com o intuito de incutir-lhe insegurança, ansiedade, angústia e culpa. Por fim, mas não em importância ou gravidade, pode chegar a influenciar e induzir da criança a reproduzir relatos de eventos de supostas agressões físicas/sexuais atribuídas ao outro genitor, com o objetivo único (da mãe, é claro!) de afastá-lo do contato com a criança (SILVA, 2008, p. 24 - 25).

¹ GARDNER, Richard Alan (1931 – 2003). Foi professor de psiquiatria clínica na Divisão de Psiquiatria Infantil da Universidade de Columbia, EUA.

Sendo assim, as crianças ficam alienadas à verdade de cada um dos genitores que lhe é apresentada ou imposta por eles, ou por até qualquer outro membro da família ligado afetivamente. A criança fica em posicionamento de um objeto, não tendo a possibilidade de ter sua própria versão (JUNIOR, 1999).

Gardner² também estipula os estágios da SAP em leve, médio e severo, conforme Goudard (2008):

Os leves são manifestações dos fenômenos superficiais e podem ser facilmente reversíveis. As crianças apresentam alguns dos sintomas como, campanha de denegrimiento, algumas justificativas absurdas, ausência de culpabilidade frente à crueldade manifestada, fenômeno de independência do pensamento, apoio incondicional do genitor alienante nesse conflito, ocorrência de roteiros emprestados, extensão da animosidade aos amigos ou à família do genitor alienado.

No processo durante o aguardo da decisão do tribunal, as crianças podem apresentar alguns distúrbios do comportamento durante as transições. Mas, globalmente, as visitas ocorrem em boas condições e organiza-se tudo ao chegar à residência do genitor alienado, mesmo que as crianças façam eventualmente alguns comentários desagradáveis.

De modo geral, as crianças querem se tranquilizar em relação à possibilidade de manter o vínculo psicológico com o outro genitor. Isto é um sinal de boa saúde psíquica. Os vínculos são geralmente mantidos com a família ampliada ou com os amigos, se a família tiver apoio e orientação, tudo ficará bem.

Os médios são os casos mais frequentes. De forma simplificada, eles se situam entre os casos leves e os severos. A agressividade fica mais evidente e vários sinais estão presentes. Manifestam-se de maneira notória durante as transferências de domicílio. Uma campanha de denegrimiento é iniciada. Se existir uma prevenção esclarecida e rápida, as coisas podem voltar ao normal, senão a evolução para uma SAP severa será quase automática.

² GARDNER, Richard Alan (1931 – 2003). Foi professor de psiquiatria clínica na Divisão de Psiquiatria Infantil da Universidade de Columbia, EUA.

Nos severos todos os sinais que definem a SAP estarão presentes e em um grau evoluído. A volta espontânea ao normal é impossível, ou pelo menos somente depois de longos anos. As crianças que superaram a fase da transgressão, não sentem nenhum remorso, além de serem muito agressivas, inclusive com provocações verbais e físicas, para com o genitor alienado, o difamam e quebram tudo em casa, sempre há falta de uma dualidade de expressões.

Fiorelli, Fiorelli e Junior (2010) ressaltam algumas situações frequentes que podem ser demonstradas em um possível caso de Alienação Parental, com as seguintes frases (que podem ser comunicadas pelo genitor que detém ou não a guarda do filho):

- “Cuidado ao sair com seu pai, ele quer roubar você de mim”;
- “Sua mãe abandonou vocês”;
- “Seu pai não se importa com você”;
- “Sua mãe me ameaça, vive me perseguindo”;
- “Seu pai só quer comprá-lo com tantos presentes, na verdade, não se importa com você”;
- “Sua mãe é uma desequilibrada”;
- “Lembre-se de que quando seu pai estava aqui só lhe dava surras, como podemos acreditar que agora ele lhe tratará bem?”;
- “Só podia ser filho de um FULANO...” – Agride o pai e destrói a autoestima da criança.

Existe também a Síndrome das Falsas Memórias, que é um conceito de uso delicado e foi fundamentado recentemente, particularmente pelos Drs. S. Ceci e M. Bruck, em seu livro "Jeopardy in the courtroom". Tem como base as experiências com crianças em idade pré-escolar e curso primário. É demonstrado que se pode influenciar crianças e fazê-las desenvolver memórias que não existiram, podendo até mesmo enganar os melhores especialistas. Esta síndrome é muito interessante e pode-se averiguar que a fronteira entre a ficção e a realidade de uma criança é tênue e que pode ter, algumas vezes, dificuldade em diferenciar as coisas (GOUDARD, 2008).

Esta síndrome permite explicar de forma parcial porque algumas crianças, anteriormente sem problema, começam repentinamente a odiar

severamente um de seus genitores, reescrevendo a realidade mostrando quão frágil é a palavra de uma criança, que deve ser levada a sério, mas não sacralizada, pois elas também sabem mentir (GOUDARD, 2008).

A Síndrome do Estocolmo pode ser constatada dentro de um processo de litígio no qual a criança passa a se identificar com o seu genitor guardião, e passa a ver o outro genitor como vilão (CARRIELO; BRITO *apud* CRUZ; MACIEL; RAMIREZ, 2005).

A Síndrome de Estocolmo foi fundamentada em 1978 por F. Ochberg decorrente a um sequestro em Estocolmo. Os reféns, após sua liberação, se posicionaram defendendo os agressores, por ser também uma estratégia de sobrevivência. Em troca, o sequestrador se sentindo "amado" não será tão cruel para com seus "protegidos" (GOUDARD, 2008).

A Síndrome de Estocolmo é definida por existirem sentimentos de medo, devido a uma ameaça claramente percebida; uma presença de pequenos favores do sequestrador para com a vítima e um isolamento e a detenção em uma situação determinada. Ou seja, um dos genitores pode aparecer com, por exemplo, ameaça de se suicidar para a criança, denegrindo o outro genitor ao extremo ou distorcendo algumas informações. O medo pode ser conjugado com o isolamento quando os filhos não podem expressá-lo ou manifestar qualquer outro tipo de sentimento que o genitor não permitir, pois há um vínculo muito forte entre os dois (GOUDARD, 2008).

A Síndrome de Munchausen por Procura acontece quando um dos genitores satisfazem indiretamente suas necessidades, apresentando seus filhos como doentes, levando-os continuamente ao médico ou ao especialista, realizando todos os tipos de exames, às vezes dolorosos, a procura de doenças imaginárias. Desta forma, eles se convencem de que são bons genitores e buscam ser reconhecidos como tal (GOUDARD, 2008).

Para que a separação não seja causa de danos psicológicos nem gere estresse desnecessário para os filhos, ambos os pais, tentarão manter o maior número de fatores da vida de seus filhos durante e logo após o divórcio. Os professores, babás, vizinhos e colegas de escola são uma importante fonte de continuidade e estabilidade para as crianças que estão enfrentando modificações em casa, devendo os pais fazer o possível para evitar mudanças

no seu cotidiano, pois transferi-los de escola e bairros que, às vezes, são necessidades depois do divórcio, fazem com que a criança passe por mais ajustamento e acomodação.

Assim, deve-se lembrar de que a familiaridade e estabilidade são reconfortantes. As crianças precisam de um espaço próprio que seja unicamente dela, na casa dos dois genitores (TEYBER, 1995).

E em relação ao aspecto dos pais, Souza (2006) coloca que muitos autores estão em consenso em certos temas de que a separação e o consequente divórcio não são um evento, mas sim um processo de transição. A adaptação dos filhos depende da qualidade e quantidade do contato com o genitor que não detém a guarda, do ajustamento psicológico do que detém a guarda e de sua capacidade de cuidado, do nível de conflito conjugal, das dificuldades socioeconômicas e de fatores estressores que incidiram sobre a vida familiar.

Existem vários movimentos com páginas na internet (APASE, SOS PAPAI E MAMÃE, entre outros) que lutam pela correta aplicação dos direitos e garantias fundamentais das crianças, bem como fóruns online dos quais as crianças ou adolescentes, expressam o que passam com os pais separados, assim como os próprios pais que sofrem com tal separação dos filhos. Pode-se averiguar por intermédio das manifestações sociais também, o quanto este acontecimento repercute na vida das crianças e adolescentes.

Diante dos caminhos percorridos na literatura pesquisada, que faz parte da base de conhecimento de trabalho do psicólogo jurídico e em relação ao atendimento no consultório com as queixas trazidas de crianças que estão em famílias já separadas, mas em litígio constante, faz-se necessário pesquisar como são as práticas de trabalho dos psicólogos do Mato Grosso do Sul com estas crianças, pois, em cada parte do país, os psicólogos trabalham de uma forma; cada órgão tem uma estrutura e os psicólogos podem entrar em contato com a família em um todo. O juiz só recebe crianças a partir de 12 anos, o psicólogo é o profissional habilitado em sua formação para identificar o estado psicológico das partes e das crianças no processo de ruptura conjugal, ele pode avaliar o papel da criança na disputa de guarda do casal, bem como o sentimento da mesma diante do litígio dos pais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer a forma de atuação dos psicólogos jurídicos de Mato Grosso do Sul que atuam no sistema judiciário e que realizam práticas de trabalho com a criança envolvida no processo de separação litigiosa dos pais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever as práticas desses trabalho do psicólogos jurídicos do Mato Grosso do Sul, tendo como foco sua atuação no atendimento com as crianças no processo de separação litigiosa dos pais;
- Averiguar como são as estruturas concedidas para a atuação do psicólogo, sendo elas físicas e de instrumentos de trabalho;
- Investigar os aspectos emocionais percebidos pelos psicólogos nas crianças e nos pais no processo de separação litigiosa, que justificam suas práticas de trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à necessidade do uso de metodologias em trabalhos ditos científicos, conforme Marques *et al* (2006), esta Dissertação foi analítica relativa ao trabalho do psicólogo jurídico que exerce práticas de trabalho com as crianças frente à separação litigiosa dos pais.

De acordo com os objetivos apresentados, esta é uma pesquisa qualitativa na qual prioriza a caracterização e a compreensão dos fenômenos observados (FERREIRA; MOURA, 2005). A metodologia qualitativa tem como foco o processo dialógico e interativo da construção do saber em que o sujeito e pesquisador estão envolvidos (GONZÁLES-REY, 2002). Segundo Richardson (1999), a pesquisa qualitativa é a forma adequada para se entender a natureza de um fenômeno social.

Com relação aos objetivos, a pesquisa foi exploratória e descritiva no que se diz respeito ao trabalho do psicólogo jurídico do sistema judiciário, visando aos processos judiciais de litígio com o envolvimento de crianças de até doze anos incompletos, no processo jurídico.

A pesquisa descritiva é utilizada quando o objetivo é descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1999).

A pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada, por isso busca conhece-la de forma aprofundada, de modo a torná-la mais clara ou construir questões importantes para a condução da pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2004).

A Psicologia Jurídica está em plena expansão, tanto de práticas de trabalho, quanto bibliografias. Há necessidade de mais pesquisas na área, pois encontra-se certa dificuldade em encontrar bibliografia e artigos científicos.

Gil (1999) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, consequentemente é realizada quando o tema escolhido é pouco explorado. Andrade (2002) ressalta que algumas finalidades primordiais da pesquisa exploratória é proporcionar maiores informações sobre o tema investigado.

3.1 PARTICIPANTES

A escolha dos participantes foi pelo critério de serem psicólogos diretamente ligados ao atendimento de crianças em processo de separação litigiosa dos pais. Foram realizadas entrevistas com psicólogos que atuam na Vara de Família das Comarcas Especiais do Mato Grosso do Sul ou na Vara de Infância e Juventude das Comarcas de 1ª Entrância do Mato Grosso do Sul. São profissionais que atuam no sistema judiciário, os quais passaram pelo processo de concurso público.

Os psicólogos que trabalham nos Fóruns atendem as demandas do sistema judiciário. O juiz é quem encaminha os casos para o setor psicossocial realizar as avaliações. Os profissionais da área da Psicologia atuam como auxiliares no processo de decisão dos casos judiciais, respondendo os quesitos do juiz ao realizar a análise psicológica da criança, adolescente ou adulto.

Participaram desta pesquisa dez psicólogos jurídicos, mas foram utilizadas a coleta de dados das entrevistas realizadas presencialmente com 3 (três) dos psicólogos, sendo que as outras sete entrevistas realizadas via e-mail não foram utilizadas, devido a dificuldade dos profissionais em assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido.

3.2 INSTRUMENTOS

Vergara (2000) ressalta que a técnica é o suporte físico para a pesquisa, que são os instrumentos que auxiliam para que se possa chegar a um determinado resultado: ensino, descoberta, aprendizado, invenção, investigação.

A partir do levantamento da literatura da área, nota-se pouco material a respeito da Psicologia Jurídica relacionada com suas práticas de trabalho. Por isso elaborou-se um roteiro de pesquisa com uma estrutura básica de questões e serve como um guia durante a entrevista semi-estruturada.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise foi realizada a partir das entrevistas com os psicólogos jurídicos, com o intuito de ressaltar suas práticas profissionais com as crianças, pois há consequências na separação litigiosa para as mesmas.

Os dados foram, primeiramente, categorizados de acordo com os objetivos propostos e o roteiro de pesquisa. A partir das entrevistas e do referencial teórico divide-se as características principais do conteúdo coletado: a estrutura física e material de trabalho fornecidos aos psicólogos, como é realizado o trabalho com as crianças, quais os aspectos emocionais percebidos na criança e os aspectos psicológicos dos pais, se os psicólogos realizam o trabalho de mediação familiar ou se fazem acompanhamento com as crianças após a decisão do juiz, se há a aplicação da guarda compartilhada e se os pais tem noção da consequência da separação para os filhos.

A análise, a partir da categorização foi realizada correlacionando os quadros das falas dos participantes com base na transcrição da entrevista, dos quais selecionaram-se os dados de maior incidência e foram compreendidos a partir da Psicologia Jurídica.

3.4 PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS

Primeiramente realizou-se o contato com o Diretor do Fórum de Campo Grande – MS para a liberação da pesquisa dentro da instituição jurídica. Logo após o projeto desta pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética (ANEXO I).

Para obter o contato com os profissionais, foi acessado o site do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e estabelece os contatos telefônicos das Comarcas, sendo assim me referi ao setor psicossocial dos Fóruns e conversei com os psicólogos a respeito da pesquisa e o convite na participação. Ao aceitarem participar da pesquisa, alguns profissionais puderam vir a Campo Grande para a realização da entrevista e, aos que não puderam comparecer, foi encaminhado via e-mail o roteiro de pesquisa, já que esta pesquisadora não poderia estar presente em todos os municípios nos

quais os psicólogos exercem o seu trabalho. Foi encaminhado por e-mail o mesmo roteiro utilizado na entrevista presencial e, durante o contato por telefone, foi deixado em aberto para que o profissional que quisesse abordar outras questões pertinentes ao assunto, mas os dados coletados por e-mail não foram utilizados nesta pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas para colher os depoimentos pessoais sobre o trabalho dos mesmos no enfoque de suas práticas de trabalho realizado com a criança, tendo em vista que devem estar no processo de litígio. O encontro para as entrevistas ocorreu no local de trabalho do profissional (com permissão do coordenador responsável pelo setor) ou em escritório particular, pois foi mais conveniente por escolha dos profissionais que não possuem residência em Campo Grande, as entrevistas tiveram duração média de duas horas.

A participação dos psicólogos aconteceu de forma voluntária, a partir do momento que o projeto de pesquisa foi apresentado e explicado aos mesmos, que assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE I).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada, nota-se que os psicólogos jurídicos que atuam com as crianças no processo de separação litigiosa dos pais em Mato Grosso do Sul, não possuem estrutura física adequada e quantidades de profissionais necessárias para atender a demanda, além da sobrecarga de trabalho e prazos curtos para a realização da avaliação psicológica.

O judiciário precisa reavaliar as condições de trabalho do psicólogo jurídico para favorecer tanto suas práticas de trabalho, quanto a realização do relatório psicológico e obtenção de um resultado do processo de ruptura litigiosa conjugal com êxito.

4.1 O TRABALHO DO PSICÓLOGO JURÍDICO DO MATO GROSSO DO SUL

Os quadros A1 referem-se à estrutura física concedida ao psicólogo jurídico para que ele possa desenvolver o seu trabalho e os quadros A2 apresentam quais são os materiais e instrumentos utilizados pelo psicólogo para que ele possa realizar a avaliação psicológica.

PSICÓLOGO A	Sala de ludoterapia e sala individual para entrevista.
PSICÓLOGO B	Sala individual para entrevista.
PSICÓLOGO C	Uma sala para atendimento da psicóloga e assistente social.

Quadros A1 - Estrutura Física de Trabalho

PSICÓLOGO A	Brinquedo, alguns testes, entrevista com a família (se necessário entrevistas na escola e com tio, tia, avô e avó, depende muito do caso) e se precisar visita domiciliar.
PSICÓLOGO B	Entrevistas com os pais e se possível com a família, poucos testes e visitas domiciliares.
PSICÓLOGO C	Entrevistas com a família, contato institucional e visitas domiciliares; não se tem estrutura para a realização de aplicação de testes.

Quadros A2 - Materiais e instrumentos utilizados pelo psicólogo para avaliação psicológica

Antes de ressaltar as práticas dos profissionais de Psicologia Jurídica, pretende-se abordar o contexto o qual ele atua, a estrutura fornecida pelo judiciário e os instrumentos dos quais eles utilizam para avaliação.

Atualmente no Estado, não se tem um amparo estrutural no atendimento do setor psicossocial, faltam salas apropriadas para a realização de entrevistas, bem como salas lúdicas para o atendimento às crianças envolvidas nos processos; apenas algumas Comarcas possuem uma estrutura completa. E, em relação aos instrumentos psicológicos, eles não possuem contato com testes psicológicos, a avaliação é por intermédio de entrevistas com a família, contato institucional e, se necessário, é realizada visitas domiciliares.

O psicólogo jurídico deve descartar as premissas de ambiente clínico, pois o ambiente de trabalho do psicólogo jurídico é adaptado ao sistema judiciário: partindo do princípio de que os indivíduos têm horário com a psicóloga não por livre e espontânea vontade, mas porque esse procedimento faz parte do processo jurídico do qual está passando, e este é designado pelo juiz responsável da causa. O não comparecimento pode ocasionar em prejuízos dentro do processo jurídico em andamento.

As salas mais preparadas e estruturadas asseguram uma melhoria no trabalho do psicólogo jurídico e, conseqüentemente, em sua avaliação

psicológica. As salas lúdicas são de suma importância ao atendimento das crianças, pois é brincando que elas expressam de maneira mais fácil seus conflitos, dificuldades e seu modo de ser. Neste momento em que a criança está brincando o psicólogo pode compreender o mundo interno da mesma e sua dinâmica de personalidade, o que auxilia ao profissional de Psicologia sua avaliação no âmbito da separação litigiosa dos pais.

Ainda são poucos os profissionais que atuam nos atendimentos com famílias envolvidas em separação litigiosa, o que consequentemente sobrecarrega os profissionais existentes. Hoje em dia há oito psicólogos que atendem o setor psicossocial do Fórum, entretanto, apenas quatro deles atendem as demandas da Vara de Família, ainda atendem a Carta Precatória e processos de Interdição quando é solicitado pelo juiz. Nas Comarcas de 1ª Entrância do Estado, geralmente há um psicólogo para atender questões diversas, podendo atuar em mais de uma cidade.

Há poucos profissionais de Psicologia nos setores de atendimento psicossocial, em grande parte das comarcas e, os que existem, são sobrecarregados pela demanda de processos. Também há os psicólogos que cuidam de outros casos, não só decorrentes de Vara de Família ou Infância e Juventude. Alguns profissionais atendem mais de uma Comarca sobrecarregando-os. Durante o processo de busca em encontrar profissionais para realizar a entrevista nas Comarcas de 1ª Entrância, percebe-se que em algumas não há presença de psicólogo no setor psicossocial, somente de uma Assistente Social.

São atendidas no setor psicológico das Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul, crianças a partir de um ano de idade, dentro das possibilidades para a realização destes trabalhos, ou mesmo em locais dos quais não possuam uma sala apropriada para a execução do mesmo.

Seria muito interessante que houvesse mais profissionais de Psicologia na área jurídica trabalhando nas Comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul, visto que os existentes ficam excessivamente sobrecarregados e com prazos muito curtos para realizarem seus trabalhos. Essa demanda extensa e os prazos muito pequenos, segundo os psicólogos, implicam na eficácia de seu trabalho.

Os psicólogos têm prazos para enviar seus relatórios, por mais que eles possam pedir um tempo maior de avaliação, essa dilação de prazo pode ser negada. Os profissionais necessitam de uma compreensão maior para suas práticas de trabalho pelos operadores do Direito, uma vez que, essa união favoreceria tanto ao juiz nas suas decisões, quanto aos casais em litígio e, principalmente, às crianças, objetivando de maneira mais eficaz seu bem estar.

Os atendimentos com os casais em litígio também seriam de suma importância, mas os psicólogos têm como foco a criança, tanto para atendimentos na Vara da Família, como para alguns casos da Vara da Violência quando incluem questões relativas à guarda. Ainda não pode ser realizado este tipo de trabalho devido à demanda de atendimentos requeridos nas diversas áreas ao psicólogo. Por mais que o psicólogo tenha que ser imparcial e pensar no bem estar da criança, os adultos também necessitam de atenção.

Os Quadros A3 referem-se às práticas de trabalho do psicólogo jurídico com as crianças submetidas à avaliação psicológica, decorrente ao processo de separação litigiosa dos pais. Os Quadros A4 apresentam informações sobre o acompanhamento das crianças pelo psicólogo, posteriormente à decisão do juiz sobre processo de separação dos pais em litígio.

PSICÓLOGO A	Na sala de ludoterapia, com os brinquedos e atividades lúdicas. O foco do trabalho é o bem estar da criança. Realizam-se orientações aos pais e encaminhamento quando necessário. Os psicólogos não têm muito tempo para realizar a avaliação, pois o juiz estipula prazos muito curtos para a realização do mesmo.
PSICÓLOGO B	Entrevistas lúdicas tendo em vista salientar o bem estar da criança. Realiza-se quando necessário, o encaminhamento da criança para atendimento psicológico, que pode ser feito no CRAS/CREAS. Não é realizado acompanhamento posterior com as crianças submetidas à avaliação psicológica.
PSICÓLOGO C	Atendimentos Psicológicos Lúdicos com a finalidade de perceber como a dinâmica do litígio do casal, está afetando a criança. É realizada uma orientação aos pais com o intuito de diminuir os prejuízos que a dinâmica litigiosa possa causar à criança. Os psicólogos não sabem qual foi a decisão realizada pelo juiz.

Quadros A3 - O trabalho com as crianças pelo psicólogo.

PSICÓLOGO A	Não há acompanhamento, eles não sabem o resultado da decisão.
PSICÓLOGO B	Não há acompanhamento realizado pelo psicólogo, mas, as crianças podem ser encaminhadas e o acompanhamento realizado pelo CREAS e CRAS.
PSICÓLOGO C	Não há acompanhamento

Quadros A4 - Acompanhamento do psicólogo as crianças após a decisão do juiz.

O trabalho é realizado de forma que a prioridade seja sempre a criança envolvida no processo litigioso e seu bem estar. Este trabalho com as crianças é muito difícil segundo os psicólogos, pois lidam com o desejo dos outros, o pai ou a mãe chegam colocando que ele/ela é que deve ficar com a(s) criança(s). No entanto, independente desse posicionamento inicial dos pais, o trabalho do psicólogo é focado na criança e na sua proteção, que corroborando com Silva (1999), deve-se avaliar qual o lugar que esta realmente ocupa na disputa, se ela é realmente o foco central do processo ou está sendo usada como objeto no conflito dos pais.

Os psicólogos realizam atendimentos psicológicos lúdicos com a criança com a finalidade de perceber como a dinâmica do litígio do casal está afetando a criança e, se possível, os pais são orientados com o intuito de amenizar os prejuízos que esta dinâmica litigiosa possa causar à criança, pois é através desta avaliação que se obtém resultado do relatório de atendimento psicológico, o qual é encaminhado ao juiz para que o mesmo faça o julgamento do caso.

Partindo do princípio de que o juiz é quem decide a guarda da criança, o psicólogo realiza a avaliação psicológica que o auxilia na decisão final. O papel do psicólogo jurídico em questões de separação litigiosa dos pais é ser um facilitador na decisão do juiz, em nenhum momento tem a finalidade de julgar a respeito do caso que o juiz designou para a avaliação ou mencionar com quem a criança deve ficar em seu relatório. O psicólogo deve responder apenas aos quesitos encaminhados pelo juiz, em sua avaliação.

Para alguns psicólogos um dos grandes fatores frustrantes no seu trabalho no Estado, é que eles não sabem do resultado e não fazem um acompanhamento com a família após a decisão do juiz, como também não têm acesso às informações a respeito da adaptação da criança, após as mudanças familiares. Alguns psicólogos fazem encaminhamentos ou têm esse acompanhamento pela CREAS e CRAS da Comarca que atuam.

Seria de suma importância que existisse esse acompanhamento pelo psicólogo, haja vista que a criança passa por uma grande mudança e adaptação em sua vida, que muitas vezes é doloroso para toda a família.

A criança é a última a ser envolvida no processo e o juiz não realiza a escuta da criança menor de doze anos, por considerá-la ser muito pequena, por isso a encaminha para um estudo psicológico, para que haja aplicação de técnicas de avaliação psicológica, a qual resulta um relatório do psicólogo que subsidiará a decisão do magistrado.

Os Quadros A5 apresentam se o psicólogo jurídico desenvolve a Mediação Familiar ou se há alguma equipe responsável no seu foro para desempenhar o mesmo.

PSICÓLOGO A	Não realiza e não tem uma equipe responsável de Mediação Familiar.
PSICÓLOGO B	Ainda não há uma equipe responsável de Mediação Familiar.
PSICÓLOGO C	Os psicólogos não realizam este trabalho, como também não possuem uma equipe responsável para a Mediação.

Quadros A5 - O trabalho do psicólogo na realização da mediação familiar ou o foro possuir uma equipe responsável.

O juiz demonstra o desejo de possuir uma forma de mediar o litígio do casal e a faz, mas quando não há conciliação, ele pede um estudo psicossocial da criança, mas algumas vezes não é feito pelo fato da criança não ter atingido uma idade mínima para ser realizado. Mas não são todos os casos encaminhados para este estudo, de acordo com os psicólogos, quando o processo chega ao setor de Psicologia é porque o judiciário não tem possibilidade de defini-lo sozinho.

Não há uma equipe técnica responsável por realizar trabalhos de mediação de conflitos no Mato Grosso do Sul, se realmente existissem técnicos capacitados na mediação familiar, estes poderiam ajudar nos processos de disputa judicial e os fatos resolver-se-iam talvez com mais rapidez.

Segundo os psicólogos, o fator que está em conflito é a disputa de poder e interesses pessoais do casal e não o que poderia ser melhor para a criança, por isso se faz importante a mediação familiar.

Pode-se presumir que os profissionais de Psicologia atende aos conflitos, e pela perspectiva desta pesquisa são conflitos familiares. Haja vista que os psicólogos necessitam de mais espaço em seu trabalho, não só físico, como de prazos maiores para a execução de seu trabalho na esfera judicial. Pode-se verificar que seu relatório auxilia na decisão do juiz e avalia qual a situação da criança diante dos pais, daí a importância da função do psicólogo jurídico.

Os Quadros A6 apresentam o significado do Relatório Jurídico desenvolvido pelo psicólogo jurídico no âmbito judiciário.

PSICÓLOGO A	O relatório do psicólogo é uma prova dentro do processo. Necessita muita atenção para elaborá-lo, pois, este documento que subsidiará a decisão do juiz perante o processo.
PSICÓLOGO B	Descreve-se no relatório psicossocial o ambiente, no qual a criança irá se encontrar, descrevendo ao juiz a situação psicológica de ambos os pais, para que ele possa tomar sua decisão.
PSICÓLOGO C	O juiz determina um curto período para a realização do relatório, o foco é a criança e onde ela está inserida no contexto de disputa dos pais.

Quadros A6 - O relatório do psicólogo jurídico

O relatório do psicólogo é utilizado como uma prova e muitas vezes já resolve o caso, não sendo necessárias outras provas. O trabalho de escuta da criança pelo psicólogo é uma contribuição fundamental ao processo. O objetivo do juiz, no caso de guarda, é saber qual o ambiente em que a criança sente-se melhor e que é mais protegida. A decisão e julgamento de um processo são atribuições somente do juiz, e cabe ao psicólogo apenas auxiliar a justiça.

De acordo com os psicólogos entrevistados, é muito importante para o juiz saber em qual ambiente a criança pode ser protegida e se sentir bem, uma vez que, ele tomará a decisão perante as informações coletadas, por isso

na realização do relatório, faz-se necessário que os profissionais de Psicologia tivessem salas apropriadas e tempo maior nos prazos estabelecidos pelo juiz.

Este relatório, como já foi dito anteriormente, é realizado geralmente em condições físicas geralmente não apropriadas para uma avaliação e em prazos curtos. Há questões a serem avaliadas no âmbito da família, como por exemplo a Alienação Parental, que necessitam de um maior tempo para serem comprovadas, segundo a Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010 que dispõe sobre a Alienação Parental, o alienador pode até perder sua autoridade parental em relação aos seus filhos.

Os Quadros A7 apresenta a percepção dos psicólogos jurídicos frente aos casos de Alienação Parental.

PSICÓLOGO A	As crianças chegam com frases feitas. A alienação parental é de difícil diagnóstico em um curto prazo de entrega de relatório.
PSICÓLOGO B	Existem muitos casos de alienação parental.
PSICÓLOGO C	As crianças se sentem perdidas e são usadas como objeto de disputa dos pais, ou de um dos pais, que as manipula. Muitas vezes as crianças chegam com frases prontas e o psicólogo percebe que elas estão alienadas à vontade de um dos pais.

Quadros A7 - Alienação parental

Na separação litigiosa, os psicólogos percebem que as crianças se sentem perdidas e muitas vezes usadas por seus pais, que as colocam para intermediar a relação conflituosa do casal, fato que acontece na Alienação Parental, pode-se perceber também que muitas vezes as crianças são manipuladas a declarar informações falsas.

Mas para os psicólogos é um difícil diagnóstico, pois se fazem necessárias muitas entrevistas, não só com os pais e a criança, mas também com outros parentes, e a realidade de cumprir os prazos que são de 30 dias para a entrega destes relatórios psicossociais dificulta mais ainda. Quando vêm com pedido de urgência, é estabelecido um prazo de até quinze dias.

Independente dos profissionais de Psicologia solicitarem uma dilatação de prazo de entrega, ou seja, um pedido para estendê-lo.

A Alienação Parental ocorre por influência do genitor guardião para que a criança odeie o genitor não guardião, com o qual a criança tem um vínculo de dependência afetiva e estabelece um pacto de lealdade inconsciente. Quando a síndrome se instala, o vínculo da criança com o genitor não guardião torna-se irremediavelmente destruído (GARDNER, 1998 *apud* SILVA, 2008).

O psicólogo pode perceber que a criança alienada tem um vínculo patológico e uma adoração pelo genitor, ou seja, pelo alienador, porque ele faz tudo para ela, atendendo-a em tudo. A SAP (Síndrome da Alienação Parental) é um sentimento neurótico de ver o filho como um ser com desejos próprios diferentes de si e a mãe passa a apresentar mecanismos de defesa de superproteção, dominação, dependência e opressão sobre a criança. A mãe com SAP não suporta que a criança mantenha contatos com outras pessoas que não seja ela (SILVA, 2008).

As crianças ficam alienadas à verdade de cada um dos genitores que lhes é apresentada ou imposta, ou por qualquer outro membro da família que seja ligado afetivamente. As mesmas ficam em posicionamento de um objeto, não tendo a possibilidade de ter sua própria versão (JUNIOR, 1999).

O alienador faz com que a criança tenha falsas memórias, passando a mesma a acreditar que realmente passou ou ouviu algo, e o psicólogo sabe que seria impossível que ela se lembrasse ou soubesse de tal fato. Segundo os psicólogos, a mãe é a que melhor sabe alienar por causa da sua sensibilidade. Um dos fatores principais da causa dessa alienação é se foi o pai que solicitou a separação, pois a mãe pensa que ele deve ser massacrado, porque ele é o culpado; essa mãe coloca para os filhos que ele (o pai) “*nos traiu*”, e não traiu a ela, ou seja, ela corrompe os filhos contra o pai.

Pode-se deparar com diversos casos que auxiliam no diagnóstico de alienação parental. Um documentário chamado “A Morte Inventada”, sob a direção de Alan Minas, é um outro exemplo. O mesmo partiu de sua própria experiência para falar sobre alienação parental. Corroborando com Motta (1999), quando diz que geralmente a parte que toma iniciativa da separação é

colocada como culpada pela outra parte, que por outro lado vitimiza-se, fazendo com que o “culpado” sinta-se mais culpado por suas ações e isso envolve também diretamente aos filhos.

4.2 A ESCUTA DA CRIANÇA

Os Quadros B1 apresentam a forma com que o psicólogo trabalha durante a escuta da criança e os Quadros B2 referem-se aos aspectos emocionais das crianças percebidos pelos psicólogos.

PSICÓLOGO A	Na escuta da criança não se faz a vontade da mesma, independente de sua vontade. Não se confronta o litígio dos pais. Proporciona-se um ambiente, no qual a criança expresse todos os seus sentimentos.
PSICÓLOGO B	Para averiguar a Alienação Parental, o psicólogo fica em alerta, principalmente se a criança chega muito ansiosa e falando com quem quer ficar.
PSICÓLOGO C	Durante o litígio, as características de personalidade dos pais ficam mais acentuadas. Há crianças que chegam temerosas ao fórum e/ou alienadas por um de seus genitores e ou familiares. O psicólogo realiza a escuta para tranquilizar a criança.

Quadros B1 – A escuta da criança realizada pelo psicólogo

PSICÓLOGO A	A criança, muitas vezes, nem sabe o que está acontecendo.
PSICÓLOGO B	As crianças chegam, muitas vezes, com a demanda dos pais.
PSICÓLOGO C	As crianças se apresentam confusas.

Quadros B2 - Aspectos emocionais percebidos pelos psicólogos nas crianças

De acordo com os psicólogos durante o atendimento de escuta da criança, na maioria das vezes, estas são envolvidas na disputa, uma vez que os genitores em litígio tentam conseguir a guarda como se fosse um troféu, principalmente se há um genitor que se sente prejudicado diante da separação. As crianças apresentam-se confusas, abaladas emocionalmente, com dificuldade na escola e com sintomas depressivos.

A escuta da criança não significa que ela deva fazer uma escolha por um dos genitores, mas oferecer uma possibilidade de expressar toda a sua angústia e esclarecimento de seu drama familiar. Às vezes pode ocorrer de uma criança pedir durante uma entrevista que o profissional escreva ao juiz a preferência pelo guardião, mas que não revele um pedido próprio, por medo dos sentimentos do outro guardião (AFFONSO, 1999).

Durante a avaliação os psicólogos procuram não confrontar as crianças diretamente sobre o litígio dos pais, no entanto, percebem que elas já vêm sobrecarregadas com a demanda dos pais, então, os psicólogos realizam orientações e encaminhamentos para acompanhamento psicológico quando necessário.

Os psicólogos relatam que caso a criança chegue falando que quer ficar com o pai ou a mãe, o psicólogo fica atento, pois uma das características da criança alienada são as frases feitas. Para os psicólogos, a criança tem de ser ouvida e, independentemente de sua vontade, orientar sobre o que é ou não bom para ela. Existem casos de crianças que chegam dizendo que querem ficar com a mãe, mas esta é usuária de drogas e traficante, os psicólogos não pontuam isso, porque sabem que o juiz não vai deixar.

Crianças que chegam falando que não querem ficar com o pai, e quando os psicólogos colocam que os pais tiveram um problema, mas ainda assim serão os pais dela, as mesmas relatam que a mãe as influenciou sobre o que falar.

Os psicólogos relatam que quando um genitor que se sente traído ou não elaborou a separação, este tenta trazer a prole para perto de si e muitas vezes exclui o outro genitor da vida da criança. Há uma necessidade de denegrir a imagem do ex-cônjuge. Existe uma dificuldade em ver o outro como pai ou mãe.

Os profissionais de psicologia percebem que a criança fica em um grave conflito de lealdade entre “gostar do pai” e “gostar da mãe” e os sentimentos de raiva e frustração dos pais em relação ao outro são transmitidos a ela, acarretando um sofrimento de uma ambigüidade de sentimentos entre “gostar do pai/mãe” e sentir a mesma raiva que um genitor sente do outro.

Durante o litígio, os psicólogos percebem que as características de personalidade dos pais ficam mais acentuadas, havendo tendência maior a se desestruturarem ou descompensarem e, algumas crianças chegam temerosas ao fórum e/ou alienadas por um de seus genitores e ou familiares.

O trabalho dos psicólogos é realizar também a tranquilidade da criança, pois ela chega muito ansiosa e acha que se falar com quem quer ficar será feita a sua vontade. Os profissionais de Psicologia desenvolvem um trabalho de explicar à criança que independente de seu desejo, o juiz que decidirá quanto a sua guarda, pois é levado em consideração o que será melhor para ela. O juiz vai avaliar o ambiente em que a criança será melhor acolhida, independente da qualidade econômica de um dos genitores, mas quem pode proporcionar à criança um ambiente saudável.

4.3 GUARDA COMPARTILHADA

Os Quadros C1 apresentam as circunstâncias das quais pode-se aplicar a guarda compartilhada no processo de litígio dos pais.

PSICÓLOGO A	A guarda compartilhada para ser aplicada depende da qualidade do relacionamento dos pais, nos casos em litígio é mais complicado.
PSICÓLOGO B	Os pais estão mais preocupados com eles mesmos, por isso depende de como eles vão lidar com esta situação.
PSICÓLOGO C	Depende muito de cada caso, visto que os pais têm que estar cientes de que é para o bem da criança.

Quadros C1 - Aplicação da guarda compartilhada no processo de separação litigiosa dos pais.

Conforme os psicólogos, a guarda compartilhada é de extrema importância para o desenvolvimento psíquico da criança, mas a realidade é a dificuldade de ser implantada, pois existem muitos pais que ainda têm o pensamento de que o filho fique permanentemente com um genitor, passando certos dias com o outro.

Quando não há acordo ou o processo ocorre em litígio, de acordo com os psicólogos, não tem como decidir pela guarda compartilhada, pois ela demanda um bom relacionamento entre os genitores e que ambos a direcionem para o bem estar dos filhos, não para suprir alguma informação desejada a respeito do outro genitor.

A guarda compartilhada é a possibilidade dos filhos de pais separados serem assistidos por ambos, ou seja, assegurando o que é previsto em lei de acordo com o ECA ao dever dos pais: o direito à criança e ao adolescente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar comunitária (NICK,1997).

Mas de acordo com Grisard (1999), quando a guarda também é deferida à apenas um dos genitores, limita o seu exercício pelo que não a detém, então, deve ser estimulada a guarda compartilhada, pois possibilita a convivência permanente da criança com ambos os pais, favorecendo a continuidade e fortalecimento dos laços afetivos já existentes.

[...] Em 13/06/2008 foi aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei nº 11.698/08 (originalmente, o Projeto de Lei nº 6.350/2002 e PL nº 058/2006 do Senado), que institui e regulamenta a Guarda Compartilhada, alterando os artigos nº 1.583 e 1.584 do Código Civil de 2002. Essa modificação na legislação brasileira, que regulamenta as relações familiares, é uma importante conquista para a sociedade brasileira (SILVA, 2008, p. 22).

A guarda compartilhada foi fundamentada em 2008, contribuindo para o trabalho já direcionado pelos juízes há muito tempo, sendo a melhor forma de amenizar prejuízos no desenvolvimento da criança, e pela qual os pais em conjunto, tomam todas as decisões a respeito da mesma.

Apesar de ainda a legislação brasileira compactuar em ter de achar um culpado pela separação dos genitores, pela qual este pode ser castigado por não ter sido um “bom marido/ boa esposa”, este conceito subjetivo é

atribuído ao de “bom pai/boa mãe”, julgados a partir de suas atitudes perante a função conjugal (CARRIELO; BRITO, 1999).

Segundo relatos dos psicólogos, a guarda compartilhada é excelente por trazer grandes benefícios para a criança e a maioria dos pais atendidos a querem. Por outro lado as mães que são as guardiãs unilaterais muitas vezes não aceitam pelo inconveniente que esta guarda pode ocasionar, pois, o pai fica liberado para aparecer a qualquer hora e se a mesma não for bem planejada, este pai pode se tornar inoportuno, ligando e/ou monitorando tanto a ela como ao filho a qualquer hora.

Para os psicólogos, a guarda unilateral é facilmente administrada pelos pais, pois o guardião permanece com o filho durante a semana e nos finais de semana o mesmo fica com o outro genitor. Há um horário certo para o seu ex-cônjuge, visto que, encontros inesperados dificultam ainda mais a separação e para que a guarda compartilhada tenha êxito, faz-se necessário que exista entre o casal o mínimo de respeito mútuo, a fim de que possam ter um diálogo livre de seus próprios interesses pessoais e mais focados no melhor para a criança.

Deve-se ter muita compreensão e amadurecimento por parte dos pais para que possam se adequar aos limites propostos. O regime de visitas pode facilmente propiciar a invasão do espaço pessoal, tanto do genitor não guardião, quanto a do guardião, pois um pode tumultuar a vida de seu ex-cônjuge (SANTOS, 1999).

E de acordo com os dados coletados nas entrevistas a respeito da guarda compartilhada, dentro do processo litigioso torna-se quase impossível sua administração, no entanto, se os genitores forem direcionados a um trabalho de psicólogos focando essa resolução de conflitos e o diálogo entre as partes, pode ser um excelente começo para uma aplicação da guarda compartilhada, que é considerada a melhor forma para não prejudicar o desenvolvimento da criança.

4.4 PERCEPÇÃO DOS PAIS PERANTE A CRIANÇA ENVOLVIDA NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA, SEGUNDO OS PSICÓLOGOS.

Os Quadros D1 apresentam se os pais tem noção das consequências de uma separação litigiosa para a criança e os Quadros D2 a percepção dos psicólogos em relação aos aspectos emocionais dos pais.

PSICÓLOGO A	Os pais não estão preocupados com as consequências da separação litigiosa.
PSICÓLOGO B	Alguns pais tem a percepção das consequências de uma separação litigiosa para os filhos. Outros estão mais preocupados com o processo de disputa conjugal.
PSICÓLOGO C	Os pais estão voltados para si mesmos e para as disputas de poder entre o casal.

Quadros D1 - Noção dos pais sobre a consequência para os filhos frente à separação litigiosa.

PSICÓLOGO A	Os pais estão voltados para si próprios, eles se esquecem do papel parental.
PSICÓLOGO B	Os pais estão preocupados com o desejo de cada um e em ser melhor que o outro.
PSICÓLOGO C	Um genitor está preocupado em querer ser melhor que o outro, em querer ganhar do outro a disputa de seus filhos e sempre denegrindo a imagem do outro.

Quadros D2 - Aspectos emocionais dos pais percebidos pelos psicólogos.

No trabalho do psicólogo jurídico, o mesmo pode perceber que alguns pais têm noção do prejuízo que a separação pode acarretar para a

criança. Outros não estão olhando para a criança e, sim para seus próprios interesses e pela disputa de poder.

É evidente que as crianças têm saúde mental associada ao bem-estar dos pais e à qualidade do relacionamento entre ambos. Sendo assim, eles têm probabilidade grande de desenvolver problemas de ajustamento quando crescem em uma família em que os pais estão em conflito, vivendo juntos ou não (HETHERINGTON; STANLEY-HAGAN, 1999 *apud* SOUZA, 2006).

Segundo os psicólogos, os pais em litígio muitas vezes têm preocupações que transcendem seu olhar para com as crianças envolvidas, pois eles estão preocupados com a partilha de bens, em saber o que o outro está planejando e fazendo de sua vida; estão voltados ao conflito com o próximo, pois parte-se do princípio ou de que um dos dois não quer se separar ou porque há alguma situação que aconteceu que gera muitas brigas e discussões entre os genitores.

O psicólogo jurídico, que é o único que neste contexto escuta a criança, e pode averiguar se os pais estão ou não preocupados com a mesma ou a utilizando como um objeto de poder e os possíveis danos psicológicos que esta criança está sofrendo, devido à forma de relacionamento de seus genitores.

Os psicólogos realizam um trabalho voltado somente em averiguar o que acontece com a criança no âmbito familiar e à escuta da criança. Se o judiciário, de certa forma disponibilizasse este tipo de atendimento ao público que o necessitasse, seria de grande valia na vida dessas crianças.

4.5 ADAPTAÇÃO DOS FILHOS DEPENDE DA QUALIDADE DE RELACIONAMENTO DOS PAIS

Os Quadros E1 referem-se às considerações dos psicólogos jurídicos em relação à adaptação das crianças após o processo de separação litigiosa dos pais.

PSICÓLOGO A	As crianças refletem os conflitos entre seus pais. Os pais planejam e estão preparados para se casar, mas muitas vezes não estão preparados para se separar e criar os filhos, nesta nova situação de vida. As crianças se tornam egocêntricas com o comportamento de disputa dos pais.
PSICÓLOGO B	Sentimentos muito intensos. Genitores focados em suas próprias vontades.
PSICÓLOGO C	A adaptação depende de como os pais estão se relacionando.

Quadros E1 - A adaptação das crianças diante da separação litigiosa dos pais

A adaptação dos filhos depende da qualidade e quantidade do contato com o genitor que não detém a guarda, do ajustamento psicológico do que a detém e de sua capacidade de cuidado, do nível de conflito conjugal, das dificuldades socioeconômicas e de fatores estressores que incidiram sobre a vida familiar (SOUZA, 2006).

Segundo os psicólogos, os pais que entram em litígio por preferirem uma guarda compartilhada, por exemplo, durante o estudo psicológico percebe-se que entre eles o principal é em relação à prestação de alimentos. O pai tem um sentimento de estar pagando e então está adquirindo ou tem direito sobre algo; o algo é a criança e a mãe não o deixa ter contato, então as famílias de ambas as partes entram no conflito.

A família hoje é nuclear, tem poucas crianças e todos desejam terem sua guarda fazendo com que as mesmas se tornem o centro da batalha, pois para os pais é muito importante assegurar a sua posse (GUEDES-PINTO, 1999). E devido a esse conflito da família pelo desejo à criança, os psicólogos observam que esta se torna egocêntrica, incapaz de passar por uma frustração, negociam e impõe; no caso, se a mãe briga a criança fala que vai morar com o pai.

Diante da experiência dos psicólogos, eles pontuam que criar filhos juntos é difícil, porém separados é muito mais difícil, exigindo muito dos pais. Eles poderiam estar preparados para se separar, mas talvez não para

administrar esta situação, pois as crianças expressam toda a dinâmica de litígio do casal e, conseqüentemente, reage à forma de relacionamento dos seus pais.

Os psicólogos relatam que pode somente orientar os pais a respeito das possíveis conseqüências diante desta situação, mas não há um acompanhamento posterior e nem durante o processo por profissionais habilitados.

Pode-se perceber diante dos dados relatados pelos psicólogos, que a criança reflete a atitude dos pais e, automaticamente, a sua adaptação na vida de pais separados irá depender da qualidade de relacionamento dos mesmos.

Sendo assim, os psicólogos jurídicos do Mato Grosso do Sul que atuam com crianças envolvidas no processo de separação litigiosa dos pais, em geral, não possuem salas apropriadas para atendimento, necessitam de mais profissionais e de mais prazos, pois seu relatório é de suma importância ao processo porque auxilia o juiz em sua decisão, estão sobrecarregados de funções e não possuem tempo para desenvolver outros tipos de trabalhos, dos quais se pode encontrar em outras regiões do Brasil.

Referente à escuta da criança pode-se perceber que a alienação parental, segundo os psicólogos, esta presente constantemente em suas avaliações e também que alguns pais muitas vezes não estão preocupados com as conseqüências da separação litigiosa aos filhos e sim na resolução da partilha de bens, o que dificulta a aplicação da guarda compartilhada, pois esta exige um convívio saudável entre os genitores.

A mediação familiar seria uma nova forma de trabalho do psicólogo jurídico e auxiliaria nos processos de separação litigiosa, mas não há uma equipe responsável por essa resolução dos conflitos. Este litígio e a forma que os genitores se relacionam, influenciam no comportamento e adaptação dos filhos diante da decisão do juiz.

Se houvesse mais psicólogos jurídicos, uma estrutura física apropriada, mais prazos e uma equipe de mediação familiar, o profissional da Psicologia Jurídica do sistema judiciário de Mato Grosso do Sul poderia

desempenhar um trabalho preventivo às consequências da separação litigiosa dos pais aos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, pode-se averiguar que o profissional de Psicologia Jurídica no Mato Grosso do Sul ainda necessita de melhores condições de trabalho para elaborar o seu relatório da avaliação psicológica, no processo de separação litigiosa no qual os filhos são envolvidos.

O papel do psicólogo jurídico do Mato Grosso do Sul é ser um auxiliar da justiça, colaborando para que o juiz tenha um melhor entendimento sobre as pessoas envolvidas no caso. Seu trabalho resulta em um relatório que é uma prova em que o juiz se baseia para julgar e tomar decisões a respeito de uma família.

É necessária uma melhor compreensão do judiciário no que diz respeito às formas de atuação e às necessidades do psicólogo jurídico. O profissional de Psicologia que atua com as questões de Vara de Família possui uma demanda alta de casos e a forma de avaliação precisa de um prazo maior, pois há várias características determinantes na criança, em decorrência da separação litigiosa dos pais, que necessita de mais tempo para ser averiguada.

As crianças envolvidas no processo de separação litigiosa dos pais, não são ouvidas pelo juiz e o psicólogo é o único responsável em escutar a criança e averiguar como os pais podem ou não proporcionar um ambiente adequado para seu filho, independente de classe econômica. A justificativa para que apenas o profissional da Psicologia escute a criança é por conta da idade, pois é o psicólogo que possui técnicas adequadas para executar tal função.

Em relação à escuta da criança, pode-se averiguar que segundo os relatos dos psicólogos, as crianças se apresentam com desejos e vontades, não é o papel do psicólogo jurídico realizar o que desejam. Ouvir a criança é extremamente importante, visto que ela existe no meio deste casal em litígio e faz parte desta família conflituosa, ou seja, ela também terá consequências devido à forma que será realizada esta separação.

Na separação litigiosa, os genitores geralmente estão voltados ao conflito existente entre o casal. Estes pais ficam supervalorizados no processo de litígio e, algumas vezes, utilizam os filhos como um “objeto”, mas também existem pais que percebem os prejuízos psicológicos que a separação litigiosa pode acarretar para os filhos.

Estes pais tem contato direto com os profissionais de Psicologia do âmbito judiciário, então, as práticas de trabalho dos psicólogos jurídicos que atuam com as questões de família poderiam também ser desenvolvidas de forma preventiva, já que os próprios profissionais de Mato Grosso do Sul observam que esses fatores são relevantes a respeito da vida de uma criança.

Mas seria impossível este trabalho ser realizado pelos profissionais que já existem no Poder Judiciário nas condições de trabalho que eles se encontram, visto que eles já possuem uma grande demanda em avaliações psicológicas, não só da Vara de Família, mas também de outros casos que são designados pelo juiz.

Seria de relevante importância, de acordo com os psicólogos entrevistados, que estes pais ouvissem seus filhos, conversassem com eles sobre o que está acontecendo de forma clara, já que eles muitas vezes esquecem-se do seu papel parental e pensam apenas em si mesmos, em resolver a sua situação.

Já existe um trabalho realizado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal pelo SERAF – Serviço de Atendimento a Famílias com Ação Cível por psicólogos e assistentes sociais e usualmente também contam com a presença de estagiários do curso de Psicologia na execução das atividades.

É um trabalho de assessoramento adotado por toda equipe técnica a partir da perspectiva sistêmica, sendo cinco atendimentos realizados diretamente com a família em litígio.

Tem como objetivo oferecer elementos palpáveis de embasamento técnico-pericial para o magistrado em sua tomada de decisão, em relação à problemática da família em si, além de promover intervenções para a minimização do sofrimento e resolução de conflitos com foco no bem-estar dos filhos. (CASTRO, SANTOS *in* GUESTI-GALVÃO, ROQUE, 2010).

Outra intervenção realizada no mesmo local, pela SERAF, são encontros com ex-casais, para os quais os profissionais realizam palestras, trechos de filme, discussão e reflexões acerca da continuação da família, pela existência dos filhos, e de que os mesmos devem receber de seus pais, uma vida saudável e bem-estar físico e psicológico.

De acordo com os dados coletados, percebe-se que há uma necessidade de auxiliar as famílias dos casos de separação litigiosa quando se envolve filhos no processo. Existe uma possibilidade de desenvolver trabalhos nas comarcas do Mato Grosso do Sul, com objetivos de amparar essas crianças e suas famílias proporcionando-lhes acolhimento e informação, estimulando o diálogo entre pais e filhos sobre a situação real da qual eles estão passando, bem como um trabalho regularizado com profissionais tecnicamente preparados na realização da Mediação Familiar.

Como a Psicologia Jurídica no Brasil ainda não está completamente definida, principalmente em relação as suas práticas, cada Estado exerce um tipo de procedimento na sua realização. No Mato Grosso do Sul ainda falta, em primeiro lugar, um aparato de profissionais especializados e com funções não acumulativas, para que os mesmos possam desenvolver os seus trabalhos no âmbito que lhe pertence.

O psicólogo jurídico, que atende os processos da Vara de Família de Mato Grosso do Sul, ainda tem diversas facetas em suas práticas de trabalho para serem exploradas, como a Mediação Familiar, porém ainda existem poucos profissionais capacitados.

Têm-se como exemplos, trabalhos já realizados no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, os quais os próprios profissionais elaboraram formas de intervenções significativas com resultados positivos, preservando o sigilo dos processos em litígio.

Os psicólogos poderiam desenvolver palestras e cartilhas de auxílio aos pais que estão se separando, para não acarretar maiores danos aos seus filhos e com o intuito de fornecer informações mais claras aos pais em litígio.

Finaliza-se esta dissertação deixando descrito o trabalho do psicólogo jurídico no Mato Grosso do Sul e de acordo com as reflexões trazidas pelos profissionais durante as entrevistas, evidencia-se o quão importante é o papel do psicólogo jurídico neste conflito.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R. M. L. **A importância do ludodiagnóstico em laudos psicológicos**: As noções espaço temporais e causais. São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberamericano.html>. Acesso em 10/04/ 2009.

ALMEIDA, G. G. **Teoria e técnica da mediação**: um enfoque no direito à família. São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberamericano.html>. Acesso em 26/08/2009.

ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. São Paulo: Atlas, 2002.

APASE. **Associação de Pais e Mães Separados**. Disponível no site: <www.apase.org.br>. Acesso em 03/09/2009.

ARAÚJO, C.B.Z. **Trabalhos Monográficos**: normas técnicas e padrões. Campo Grande: UNIDERP, 2002.

BARBOSA, A. A. **História da mediação familiar no direito de família comparado e tendências**. São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberamericano.html>. Acesso em 26/08/2009.

BERNARDI, D. C. F.; BRITO, L. (org). **Temas de Psicologia Jurídica**: Histórico da inserção do profissional psicólogo no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BOMFIM, E. de M. **Psicologia Social, Psicologia do Esporte e Psicologia Jurídica**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1994.

BOTTEGA, C. **A evolução do divórcio no direito brasileiro e as novas tendências da dissolução matrimonial**. 2010. Disponível no site: <<http://www.clarissabottega.com/Arquivos/Artigos/artigo%20A%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Divorcio.pdf>>. Acesso em 02/04/2012.

BRASIL. **Estatuto da Mulher Casada – Lei nº 4.121/62**. Brasília: 1962. Disponível no site: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em 05/05/2009.

BRASIL. **Lei do Divórcio – Lei nº 6515/77**. Brasília: 1977. Disponível no site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm>. Acesso em 05/05/2009.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8069/90**. Brasília: 1990. Disponível no site: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em 02/05/2009.

BRASIL. **Lei Guarda Compartilhada – Lei nº 11.698/08**. Brasília: 2008. Disponível no site: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm>. Acesso em 02/05/2009.

BRITO, L.; AYRES, L.; AMENDOLA, M. **A escuta de crianças no sistema de justiça**. Revista *Psicol. Soc.*, Dez/2006, vol.18, nº 3, p.68-73.

CAMPPANARI, S.; CRONEMBERG, L.; BERNARDES, C.; YAZBEK, V. **É possível evitar a cronicidade do conflito litigioso?** São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberamericano.html>. Acesso em 26/08/2009.

CARPINELLI, C. S. A. **Advogados e separação conjugal: Estão preparados para lidar com os conflitos?** São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberamericano.html>. Acesso em 26/08/2009.

CARRIELO, G.; BRITO, L. M. T. de. **Uma visão da psicologia no contexto de Direito da Família**. São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberamericano.html>. Acesso em 26/08/2009.

CASTRO, L. R. F. **Disputa de guarda e visitas: no interesse dos pais ou dos filhos?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CASTRO, L. R. F.; SHINE, S. (org.). **Avaliação psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e outros temas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

CASTRO, B. C. R.; SANTOS, L. E. C. de V. **Compartilhando uma experiência psicossocial de otimização do “Tempo de Espera” da família na justiça**. In GUESTI-GALVÃO, I.; ROQUE, E. C. B. (Coord.) **Aplicação da Lei em uma perspectiva interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na Prática Jurisdicional**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Brasília: CFP, 1992. Disponível no site: <http://pol.org.br/legislacao/pdf/atr_prof_psicologo.pdf>. Acesso em 05/01/2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos - Resolução CFP n. 016/2000**. Brasília: CFP, 20/12/2000. Disponível no site: <http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2000_16.pdf> Acesso em: 02/05/2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo** - Resolução CFP n. 010/05. Brasília: CFP, 27/08/2005. Disponível no site em:

<http://www.crpssp.org.br/crp/orientacao/codigo/fr_codigo_etica_new.aspx>.

Acesso em 02/05/2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para a atuação do psicólogo em Varas de Família**. Brasília: CFP, 2010.

COSTA, L. F., PENSO, M. A., LEGNANI, V. N., SUDBRACK, M. F. O. **As competências da Psicologia Jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito**. *Revista Psicologia e Sociedade*, 21(2), 233-241, 2009.

Disponível no site: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a10.pdf>>.

Acesso em 09/03/2012.

CRUZ, R. M.; MACIEL, S. K.; RAMIREZ, D. C. **O trabalho do psicólogo no campo jurídico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico V**. 5ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. Porto Alegre: Livraria dos advogados Ed., 2005.

DIAS, M. B. **Divórcio e dignidade feminina**. 2010. Disponível no site:

<<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=>>. Acesso em 02/04/2012.

FERREIRA, M.C.; MOURA, M. L. S. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

FIORELLI, J. O.; FIORELLI, M. R.; JUNIOR, M. J. O. M. **Psicologia Aplicada ao Direito**. São Paulo: LTR, 2010.

GARDNER, R.A. **Recommendations or Dealing with parents who induce a parental alienation syndrome in their children**. *Journal of Divorce and Remarriage*. In SILVA, D.M.P. **O Fim do Racha**. São Paulo: Revista Psique – Ciência & Vida, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISARD FILHO, W. **Repensando o Direito de Família: Guarda Compartilhada**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey - Anais do I Congresso Brasileiro de Direito de Família, 1999.

GONZÁLES-REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia – caminhos e desafios**. São Paulo: Thomson, 2002.

GONZÁLES-REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005a.

GOUDARD, B. **A síndrome de alienação parental**. França: Universidade Claude Bernard-Lyon1 - Dissertação para obtenção de título de doutor em medicina. 2008. Disponível no site: <<http://www.sos-papai.org/documentos/0.%20Doutorado%20em%20Medicina%20-%20A%20SNDROME%20DE%20ALIENAO%20PARENTAL.pdf>> Acesso em 04/03/2012.

GRZYBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. **Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio**. Brasília: Psicologia, Teoria e Pesquisa, v. 26, n. 1, mar/2010. Disponível no site em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03/04/2012.

GUEDES – PINTO, A. C. **Separação e culpa**. São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberico-americano.html>. Acesso em 26/08/2009.

HETHERINGTON, E. M.; STANLEY-HAGAN, M. **The adjustment of children with divorced parents: A risk and a resiliency perspective**. The Journal of Child sychology and Psychiatry and Allied Disciplines, 40. In SOUZA, R. M. **Amor, casamento, família, divócio... e depois segundo as crianças**. São Paulo: Editora Summus, 2006.

JUAREZ, S. **O Código de Menores**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1985.

JUNIOR, H. C. de M. **O acompanhamento de visitas nos processos judiciais em varas de família**. São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberico-americano.html>. Acesso em 26/08/2009.

KOVACH, K.; LOVE, L. **Mapeando a Mediação: Os Riscos do Gráfico de Riskin**. In AZEVEDO, A. G. (org.) **Estudos em arbitragem, mediação e negociação**. Brasília: Grupos de pesquisa, 2004, vol. 3.

LAGO, V. de M. et al . **Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação**. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 26, n.4, Dezembro, 2009. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de Junho de 2012.

LEITE, E. O. **Famílias monoparentais**. São Paulo: RT, 1997.

MACHADO, M. C. L.; CORREA Y. B. **O casal em disputa pela guarda dos filhos: um caso de psicopatologia da transicionalidade**. São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberico-americano.html>. Acesso em 26/08/2009.

MACIEL, S. K.; CRUZ, R. M. **Avaliação psicológica em processos judiciais nos casos de determinação de guarda e regulamentação de visitas.** In: ROVINSKI S. L. R.; CRUZ, R. M. (Org.) **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção.** 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2009.

MARQUES, Heitor Romero; MANFROI, José; NOAL, Mirian Lange; CASTILHO, Maria Augusta de. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico.** Campo Grande: UCDB, 2006.

MARTINS, S. R. de C. **Psicologia Jurídica e suas afirmações na área de Direito da Família.** São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberico-americano.html>. Acesso em 26/08/2009.

MESSIAS, T. M. **Divórcio e separação:** A evolução do conceito de família e a Emenda Constitucional nº66/2010, 2011. Disponível no site: <<http://www.marcosmartins.adv.br/artigos/200911.pdf>>. Acesso em 02/04/2012.

MIRA Y LÓPEZ, E. **Manual de psicologia jurídica.** Trad. Elso Arruda. 2ª ed. São Paulo: ed. Mestre Jou, 1967.

MORAES, F. C. G. **A importância da escuta da criança pelo psicólogo, no processo de separação litigiosa.** Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco - TCC (graduação em psicologia), 2009.

MOTTA, V. A. da. **A culpa nas separações conjugais, vista sob uma ótica psico-jurídica.** São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberico-americano.html>. Acesso em 26/08/2009.

MÜLLER, F. G.; CRUZ, R. M.; BATILLOTTI, C. B. **Competências profissionais do mediador familiar:** método e instrumento de avaliação. In

NERY, A. F. M.; BRITO, L. M. T. **A prática psicológica no âmbito de Direito da Família.** São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberico-americano.html>. Acesso em 26/08/2009.

NICK, S. E. **Guarda compartilhada:** um novo enfoque no cuidado aos filhos de pais separados ou divorciados. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

OLIVEIRA, S. **A semente tem que ser plantada pelos advogados.** 2012. Disponível no site: <<http://www.guardacompartilhada.org/>>. Acesso em 03/04/2012.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano.** 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PECK, J. S.; MANOCHERIAN, J. R. **O Divórcio nas Mudanças do Ciclo de Vida Familiar**. In CARTER, B., MCGOLGRICK, M.; Cols. (Eds.). **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar. Uma estrutura para a terapia familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Método da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, I. M. (Org) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

RIBEIRO, P. H. S. **A evolução legislativa do divórcio no Brasil**. 2011.

Disponível no site:

<<http://professorpaulohermano.wordpress.com/2011/05/11/evolucao-legislativa-do-divorcio-no-brasil/>> Acesso em 02/04/2012.

RICHARDSON, R.J. *et. al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROVINSKI, S. L. R. **A perícia psicológica**. Aletheia, 1998, vol 7, p 55-63.

ROVINSKI S. L. R. **Fundamentos da perícia psicológica forense**. 2ª ed. São Paulo: Vetor, 2007.

ROVINSKI S. L. R.; CRUZ, R. M. (Org.). **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2009.

ROVISNKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. (Org). **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor, 2009.

TABAJASKI, B.; GAIGER, M.; RODRIGUES, R.B. **Trabalho do psicólogo no juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS**. Aletheia: Revista do curso de psicologia, 1998, vol. 7, p. 9-18.

SANTOS, L. J. dos. **O direito de visita**. São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberico-americano.html>. Acesso em 26/08/2009.

SANTOS, V.dos; CADELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: Age Editora, 2006.

SANGALLI, T. **Trabalho piloto em mediação para casais com pedido de separação litigiosa em uma instituição de ensino jurídico: um estudo de aplicabilidade**. São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberico-americano.html>. Acesso em 26/08/2009.

SERAFIM, A.P. **Uma psicologia aplicada à justiça**. São Paulo: Revista Psique – Ciência & Vida / *Edição Especial*, 2009, Ano I , n. 5.

SHINE, Sidney. **Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SILVA, D.M.P. **Jogos conclusivos nas Varas de Família.** São Paulo: Revista Psique – Ciência & Vida, dezembro/2003, vol. VII, n. 012, pp. 123-136 .

SILVA, D.M.P. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro:** a interface da psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SILVA, D.M.P. **O Fim do Racha.** São Paulo: Revista Psique – Ciência & Vida, 2008.

SILVA, D.M.P. **Com quem vou ficar, com o papai ou a mamãe?.** 2009. Disponível no site: <www.pailegal.com.br>. Acesso em 07/09/2009.

SILVA, D.M.P. **Psicologia Jurídica, ciência em expansão.** São Paulo: Revista Psique – Ciência & Vida / *Edição Especial*, 2009, Ano I , n. 5.

SILVA, D.M.P. **A psicologia a serviço do Direito Familiar.** São Paulo: Revista Psique – Ciência & Vida/ *Edição Especial*, 2009, Ano I , n. 5.

SILVA, M. T. A. **O uso dos testes psicológicos no trabalho de perícia das varas da família e das sucessões do fórum João Mendes Junior , São Paulo, Brasil.** São Paulo: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, 1999. Disponível no site: <http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_iberamericano.html>. Acesso em 26/08/2009.

SIMIONATO, M.A.W.; OLIVEIRA, R.G. **Funções e transformações da família ao longo da historia.** I Encontro Paranaense de Psicopedagogia ABP, ppr, novembro, 2003.

SOUZA, R. M. **Amor, casamento, família, divórcio... e depois segundo as crianças.** São Paulo: Editora Summus, 2006.

TEYBER, E. **Ajudando as crianças a conviver com o divórcio.** São Paulo: Ed. Nobel, 1995.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas S.A., 2000.

VILELA, S. R. **Guarda Compartilhada:** psicologia e direito em prol do bem-estar infantil. São Paulo: Revista Psique – Ciência & Vida/Especial, 2007.

WALLERSTEIN, J. S.; BLAKESLEE S. **Sonho e realidade no divórcio:** marido, mulher e filhos dez anos depois. São Paulo: Saraiva, 1991.

ZERGER, I. **Como a lei resolve questões de família.** São Paulo: Mescla, 2007

ZUIM, C. B. B.; LEITE, A. C. M. **A criança no meio da disputa: análise de contexto familiar e intervenção na justiça.** In: GHESTI-GALVÃO, I.; ROQUE, E. C. B. (Comp.). **Aplicação da Lei em Uma Perspectiva Interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na Prática Jurisdicional.** Brasília DF: Lumen Juris, 2010.

APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E)

Eu,
portador do RG nº., atualmente com.....anos,
residindo na, após leitura
minuciosa do PROJETO DE PESQUISA “ O TRABALHO DO PSICÓLOGO
JURÍDICO FRENTE À CRIANÇA NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO
LITIGIOSA DOS PAIS” , devidamente explicada pela pesquisadora durante
minha presença, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em
concordância em participar.

Consinto também como o uso científico e didático dos dados,
preservando a minha identidade.

Fui informado sobre e tenho acesso à Resolução do Conselho
Federal de Psicologia (CRP), nº 010/05, com data em agosto de 2005 e estou
ciente de que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial
guardada por força do sigilo profissional.

Posso, a qualquer momento, solicitar a minha exclusão ou do (da)
menor sob minha responsabilidade da pesquisa.

Lembramos também que esta pesquisa não estabelece nenhum
vínculo empregatício e que não cabem, por parte dos sujeitos ou de seus
responsáveis, quaisquer pedidos de honorários, salários e bonificações de
qualquer natureza.

Por estarem entendidos, assinam o presente termo.

Campo Grande, dede 20.....

APÊNDICE II - ROTEIRO DE PESQUISA

1. Como são realizados os trabalhos pelo (a) psicólogo (a) em âmbito geral? (estrutura física, demanda para atendimento, procedimentos, materiais)
2. Como é realizado o trabalho com crianças envolvidas ao processo de separação litigiosa dos pais?
3. Quais os aspectos psicológicos percebidos durante o atendimento com as crianças?
4. Quais são os aspectos psicológicos dos pais percebidos durante a entrevista com os mesmos?
5. Você acha importante a Mediação Familiar? O psicólogo jurídico realiza trabalhos de mediação familiar ou existe alguma equipe técnica responsável? Há acompanhamento com a criança após a decisão do Juiz?
6. Há guarda compartilhada? Acontece nos casos de separação litigiosa?
7. Os pais que estão em processo de litígio tem noção das consequências da separação litigiosa para o filho?
8. Há outras situações percebidas durante os atendimentos dos quais acha de suma importância evidenciar na pesquisa?
9. Que considerações pode-se fazer no trabalho com as crianças em processo de litígio dos pais? (formas de atuação, melhoras, procedimentos, materiais).

APÊNDICE III - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

PARTICIPANTE NÚMERO 01

Identificação do Psicólogo Jurídico: A.

Data da Entrevista: 28/10/2009

Número da Entrevista: 01

Olá A, primeiramente, gostaria de saber como é realizado o seu trabalho de um modo geral, em relação a estrutura e as práticas de trabalho com as crianças no processo de separação litigiosa dos pais? **Bom, trabalhamos em oito psicólogas no setor psicossocial, sendo que quatro atendem a demanda das quatro Varas da Família. Existem três psicólogos para atender as Varas da Infância e da Juventude, outras três na Varas da Família e uma psicóloga as duas Varas e também atendemos à Carta Precatória e processos de Interdição quando solicitado pelo juiz. A Carta Precatória é um processo de outro estado que pedem um estudo psicológico para o Fórum, há um cartório exclusivo para atender a estes processos e os casos de Interdições, atendemos geralmente idosos ou doentes mentais. Trabalhamos na sala de ludo com as crianças e tenho uma sala para realizar as entrevistas. Há brinquedos na sala de ludo não muito novos, aplico alguns testes quando necessário, atividades lúdicas, faço entrevistas com a família e se precisar na escola, com avó, com avô, tio, tia e até mesmo visita na casa da criança. O foco do trabalho é o bem estar da criança, se precisar realizamos orientações e encaminhamentos. Nós não temos muito tempo para realizar os nossos trabalhos, porque o juiz estipula prazos muito curtos. E o seu relatório, como funciona dentro do processo? É como uma prova, é necessária muita atenção para elaborá-lo, porque é um documento que vai subsidiar a decisão do juiz, eu acho que ele deveria ser elaborado por uma equipe multidisciplinar, porque seriam vários olhares técnicos para realiza-lo. E como é a questão da Escuta da Criança? A criança é ouvida e não é feita a vontade dela, pois**

sua vontade depende da questão se é boa para ela, existem crianças que chegam dizendo que querem ficar com a mãe, mas se esta é usuária de drogas ou traficante, não pontuo isso, porque sabemos que o juiz não vai deixar, tem crianças que chegam falando que não querem ficar com o pai, e quando colocamos que os pais tiveram um problema, mas não vão deixar de serem os pais dela, a criança diz que a mãe pediu para ela falar isso. Quais são os aspectos emocionais percebidos na criança? Bom, muitas vezes ela não sabe nem o que está acontecendo, elas chegam dizendo que vieram brincar com a tia, algumas estão muito confusas e apresentam mudança de comportamento na escola. . Nós também a tranquilizamos a criança, pois elas chegam muito ansiosas e acham que se falarem com quem querem ficar será feita à sua vontade, no caso. As crianças refletem o conflito de seus pais e a forma com que ela vai lidar com essa nova vida, depende da forma e da qualidade de relacionamento destes pais. Os pais tem noção do que a separação pode acarretar aos filhos? Alguns pais têm noção do prejuízo que a separação pode acarretar para a criança, e principalmente as mães, devido a elas terem uma sensibilidade mais aguçada, alguns pais percebem os filhos, mas outros aparecem incoerentes e são regredidos e infantis nessas brigas, então, os pais não fazem ideia da consequência deste conflito para os filhos, eles estão preocupados simplesmente em resolver logo a guarda e a partilha de bens. Existem trabalhos de Mediação Familiar aqui, ou vocês desenvolvem esse tipo de trabalho? Infelizmente não realizamos esse tipo de trabalho e também não existe uma equipe responsável por isso, mas seria muito importante atendermos também esses casais em litígio, mas os partimos do princípio que os dois são adultos e estão se separando, então, não precisam de atendimento. O foco do nosso trabalho é a criança, tanto para atendimentos na Vara da Família, como para alguns casos da Vara da Violência quando incluem questões relativas à guarda. Atendemos crianças a partir de dois anos de idade na sala de ludo. O trabalho do psicólogo é muito difícil, pois lida com o desejo dos outros, o pai ou a mãe chegam colocando: *“eu quero ficar com a criança, não quero saber, eu quero, eu desejo”*. Vocês acompanham as crianças após a decisão do

juiz? Não há acompanhamento, muitas vezes nem sabemos o resultado da decisão. E a Alienação Parental? A Alienação Parental é um difícil diagnóstico, pois se fazem necessárias muitas entrevistas, não só com os pais e a criança, mas também com outros parentes e a realidade de cumprir prazos para a entrega destes relatórios psicossociais dificulta mais ainda, muitas vezes temos prazos de trinta dias e alguns processos ainda chegam com pedido de urgência dentro de um prazo de quinze dias, então temos o direito de pedir uma Dilação de prazo, que é um pedido para estender este prazo de entrega, mas mesmo assim o diagnóstico de Alienação Parental é muito complicado. A gente percebe que a criança alienada tem um vínculo patológico com o genitor, ela tem uma adoração pelo alienador, porque ele faz tudo para ela, atende a ela em tudo, não tem vontade que não seja atendida. A alienação parental é como você se deparar com um muro intransponível, pois se tirar a criança de uma avó, da qual está quase para morrer, muito chorosa, sempre é a vítima e tem esse vínculo patológico com a criança, de repente quando esta criança for morar com o pai, talvez não consiga criar esse vínculo. O alienador faz com que a criança tenha falsas memórias, da qual a criança passa a acreditar que realmente passou ou ouviu algo, e dá pra saber que seria impossível a criança lembrar ou saber de tal fato. A mãe é a que melhor sabe alienar, pela sua sensibilidade consegue fazer muito bem feito, sem deixar rastros. E um dos fatores principais da causa dessa alienação é se foi o pai que solicitou a separação, pois a mãe pensa que ele deve ser massacrado, porque ele é o culpado. Como por exemplo, se uma mulher alienadora, que acha o namorado presidiário melhor que o ex-cônjuge que a traiu e abandonou. Essa mãe coloca para os filhos que ele “*nos traiu*”, e não traiu a ela, ou seja, ela corrompe os filhos contra o pai. E essa mãe alienadora chora e lamenta muito, além da falta de perspectivas e as dificuldades, principalmente em arrumar um novo companheiro, de ser atrativa para alguém. Para a mãe é bem mais difícil encontrar um novo relacionamento e isso gera muita mágoa, então ela deposita todo esse sofrimento e angústia nos filhos. O filho se torna um expectador da mãe chorosa por causa do pai, então ele vai ser solidário e

compactuar com ela, pois ele por mais que ame os pais, irá se comover com aquele que está sofrendo e não com o que encontrou uma nova companheira, está bem e viajando. E os aspectos psicológicos dos pais durante a entrevista? Eles estão voltados para si e esquecem do papel parental, os pais estão supervalorizados no processo de litígio e o filho é como um “objeto”, há uma dificuldade em ver o outro como pai ou mãe, eu sempre digo aos pais que criar filhos juntos é difícil, criar filhos separados é muito mais difícil, exigem muito dos pais. Os pais estavam preparados para se separarem e não para administrar esta situação, os casais saudáveis têm mais facilidade de lidar com a separação, tanto que, eles nem chegam a passar pelo estudo psicológico, resolvem tudo com o juiz, mas quando um genitor se sente traído ou não tenha elaborado sua separação, ele quer cada vez mais trazer a prole para perto e excluir o outro, porque ele precisa denegrir a imagem do outro. E em relação a guarda compartilhada? A guarda compartilhada é maravilhosa, mas depende da qualidade de relacionamento dos pais, nos casos de separação litigiosa, é mais complicado. A maioria dos pais atendidos querem, mas eles precisam dessa decisão pelo juiz, pois as guardiãs unilaterais não aceitam, pelo receio dos pais aparecerem na sua casa sem hora prevista, ligando e monitorando tanto a ela como o filho a qualquer hora. Para a guardiã unilateral é mais administrar, ficar com o filho durante a semana, nos finais de semana com o pai, sabendo o horário certo que encontrará o seu ex-cônjuge, porque esses encontros inesperados dificultam ainda mais a separação, pois toda vez que se deparam, volta a angústia e a dor da separação. Existem muitos outros fatores para os pais preferirem a guarda compartilhada, durante o estudo psicológico percebe-se que entre eles o principal é em relação à prestação de alimentos. O pai tem um sentimento de estar pagando e então está adquirindo ou tem direito sobre algo. O algo é a criança e a mãe não o deixa vê-la, a nova companheira do pai faz sempre observações sobre esta questão, ou até mesmo a família. As pessoas que compactuam dessa rede de intrigas são as pessoas próximas que ficam alimentando a discórdia. E devido a esse conflito da família pelo desejo à

criança, eu observo que a criança se torna egocêntrica, incapaz de passar por uma frustração, negociam e impõe, no caso, se a mãe briga, criança fala que vai morar com o pai. Bom para finalizar, tem algo que gostaria de falar que dentro do seu trabalho pode ser aprimorado, que possa auxiliar em alguma coisa, novas práticas de trabalho... **Eu penso que se existisse a Mediação Familiar, seria muito relevante, porque os pais precisam deste apoio, deste tipo de trabalho e consequentemente as crianças poderiam usufruir de um relacionamento dos pais, com conflitos amenizados e que pudessem também, ouvir e conversar com essas crianças.**

PARTICIPANTE NÚMERO 02

Identificação do Psicólogo Jurídico: **B.**

Data da Entrevista: 07/05/2011

Número da Entrevista: 02

B, gostaria que você me apresentasse como é o seu ambiente de trabalho e como você trabalha com as crianças no processo litigioso dos pais. **Bom, primeiramente, eu trabalho em uma sala individual, onde eu realizo entrevistas com os pais e se possível com a família, utilizo poucos testes e as vezes realizo também entrevistas domiciliares. Com a criança faço entrevistas lúdicas visando salientar o bem estar da criança, pois é este o foco do meu trabalho e é geralmente o que o juiz pede, nos casos de litígio saber qual lugar a criança este na dinâmica do casal, mas acho que os pais também poderiam ser atendidos, mas não temos muito tempo para entregar nosso relatório, pois temos um curto prazo, de 10, 15 dias para entregar o relatório. E o que você descreve no relatório? Descrevemos no relatório um estudo psicossocial e o ambiente do qual a criança irá se encontrar, descrevendo ao juiz a situação psicológica de ambos os pais, para que ele possa julgar o caso e tomar sua decisão. É muito importante para o juiz saber qual ambiente possibilita proteção e bem estar pra criança. E vocês ficam sabendo ou fazem um acompanhamento após a**

decisão do juiz? Não sabemos, nós realizamos quando necessário o encaminhamento da criança para atendimento psicológico que pode ser feito no CRAS/CREAS, pois não realizamos esse acompanhamento posterior com as crianças, mesmo porque são muitos processos e temos pouco tempo para realiza-los, não há possibilidade de realizar este acompanhamento. E como as crianças estão psicologicamente quando chegam para as entrevistas? **Percebo que as crianças chegam muitas vezes com a demanda dos pais e se contradizem em seus sentimentos e outras se sentem culpadas ou perdidas, abaladas emocionalmente, com dificuldades na escola e com sintomas depressivos. Percebo que algumas vezes a criança vive um conflito de lealdade entre “gostar do pai” e “gostar da mãe”, então ela sente também raiva e frustração do reflexo dos pais e a criança vive uma ambiguidade de sentimentos em ter que gostar do pai ou da mãe e ao mesmo tempo sentir a mesma raiva que um genitor sente do outro. Podemos perceber muitos casos de Alienação Parental, principalmente quando uma das partes, na maioria das vezes a mãe foi traída, porque ela precisa fazer com que o outro genitor tenha uma punição em relação ao que cometeu com ela e coloca as crianças como um objeto, utilizam como um troféu e as utilizam contra eles principalmente se há um dos pais que se sentem prejudicados por conta da separação. As crianças chegam algumas muito ansiosas e já falando com quem querem ficar, isso já é um sinal de alerta para nós avaliarmos se há a alienação, pois um dos pais quer que o outro não exista mais para a criança, por essa punição que se deve dar por algum motivo durante o relacionamento conjugal. Há aplicação da guarda compartilhada? A guarda compartilhada seria muito importante para criança, mas como os pais estão mais preocupados com eles mesmos, depende muito de como vão lidar com a situação. É muito difícil de ser implantada, porque ainda tem muitos pais que ainda acham que o filho deve ficar com apenas um dos pais e passar certos dias com o outro. Há alguma equipe para realizar a Mediação Familiar ou vcs realizam? Não há uma equipe responsável pela Mediação Familiar ainda, mas tem alguns profissionais do Estado que estão em treinamento, mas são poucos profissionais. Os pais percebem as**

consequências da separação para os filhos? **Alguns pais tem a percepção das consequências de uma separação para seus filhos, em especial as mães, mas outros não, estão mais preocupados com o processo de disputa. Os pais estão preocupados com o desejo de cada um e em ser melhor que o outro. E como esses pais se apresentam emocionalmente? No litígio os sentimentos são muito intensos nas crianças, e os pais ficam tocados com suas próprias vontades e as crianças só reagem aos atos de seus pais. Você acha que a adaptação dos filhos depende do tipo de relacionamento dos pais? Sim, com certeza, elas refletem na entrevista a dinâmica do casal, e não só na entrevista né, na escola também percebem comportamentos diferentes.**

Então B. para nós finalizarmos, gostaria de saber se há alguma coisa que pode mudar nas suas práticas ou no ambiente de trabalho, se há mais alguma consideração que queira fazer... **Bom, creio que se houvessem mais profissionais na área e mais tempo para realizarmos nosso trabalho, tudo ficaria melhor, eu por exemplo atuo em duas cidades para dar conta da demanda, é muito complicado! São muitos os processos e ficamos sobrecarregados.**

PARTICIPANTE NÚMERO 03

Identificação do Psicólogo (a) Jurídico (a): **C.**

Data da Entrevista: 07/05/2011

Número da Entrevista: 03

C., gostaria que me falasse como é o seu trabalho com as crianças no processo de separação litigiosa. **Trabalho em uma sala no setor psicossocial e a assistente social em outra, realizo atendimentos lúdicos com a finalidade de perceber se a dinâmica de litígio do casal esta afetando a criança, também orientamos os pais afim de diminuir os prejuízos que possa causar na criança e não a confrontamos diretamente a respeito do litígio dos pais. Para a criança que chega ao processo**

litigioso, existe a regulamentação de visita, existe a guarda compartilhada. A maior vítima desse processo é a criança, e deve-se tomar muito cuidado para que essa criança não vire um “joquete” na mão dos pais, dos advogados tanto de acusação, como defesa, as crianças se apresentam confusas, não atendem o que está acontecendo com os seus pais. Os pais estão voltados para si mesmos e preocupados em querer ser melhor que o outro, em querer ganhar do outro a disputa pelos filhos e sempre denegrindo a imagem do outro e também com as características de personalidade acentuadas, havendo maior tendência a se descompensarem. Os pais tem que tomar muito cuidado neste sentido, a gente sempre fala que quem separa são os pais e não a criança, para que ela não sofra nesta agressão entre aspas, na briga litigiosa; esse é um ponto em questão. E em relação a Escuta da Criança? A questão que você fala da escuta de um modo geral. Os pais entraram em um processo litigioso, a criança vai para as equipes técnicas do judiciário, psicólogo e assistente social. Pra fazer assim, um parecer sobre como está este litígio, quais as consequências desse litígio para a criança, elas chegam temerosas ou alienadas por um dos seus pais ou familiares e também muito ansiosas e acham que se falarem com quem querem ficar será feita sua vontade, por isso tentamos tranquilizá-las. É em cima disso que a gente trabalha que não tem nada a ver com a Escuta do Depoimento sem Dano, pois nesta ela é inquirida pelo psicólogo. Apesar de termos pouco tempo estabelecido pelo juiz para realizar a nossa avaliação e o relatório, nosso foco sempre é a criança e aonde ela está inserida na disputa de seus pais, seria interessante se pudessemos contar com uma equipe multidisciplinar, seria um olhar completo. Dentro das pesquisas realizadas, pude constatar que a criança é ouvida somente pela psicóloga, e que o juiz só escuta a partir de doze anos, então, é embasada nesta situação que estou escrevendo minha dissertação. Isso na separação litigiosa, ele não precisa ouvir mesmo, pois segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o depoimento da criança a partir de doze anos é que tem validade no processo judicial, ou seja, se a criança chega e diz que quer morar com o pai, ele vai morar com o pai, pois irá prevalecer a vontade da criança a

partir de doze anos. Ele pode ouvir a criança como parte principal da escuta. Porque 12 anos? Acredito que o ECA, que foi muito bem elaborado por psicólogo, pedagogo, advogado, juristas, pra que quanto menos essa criança sofrer em uma entrevista como juiz melhor. Uma estrutura com mais de 12 anos, já sabe o que acontece e já começa a perceber mais, e é menos sofrível essa questão da separação, por isso que o juiz pode chamar; de doze anos pra baixo, o que vale é o parecer do profissional, o juiz leva muito em conta isso, o parecer do profissional é para que a criança não passe pelo sofrimento e constrangimento de ser questionado por uma autoridade judicial e todo esse processo do fórum, então causa esse receio. Por conta disso ele encaminha a criança para os técnicos, pois é o que embasa sua decisão. Agora por exemplo se uma mãe entrou com uma ação de separação litigiosa por conta de maus tratos que o pai tenha feito, antes de conversar com os técnicos, essa criança é acolhida pela rede de proteção. Toda Comarca tem uma rede de proteção, então a primeira coisa, é tentar salvaguardar essa criança vítima de violência, o maus tratos são de violência física, psicológica, sexual, de negligencia e de abandono. A cartilha que te dei fala dos cinco tipos de violência, que é um dos causadores da separação, litigiosa inclusive. Então quando isso acontece, essa criança é protegida pela rede, antes de chegar no juiz, essa criança já foi socorrida, já foi atendida. Quando não existe violência e os pais, os adultos decidiram se separar, não foi uma situação amigável e tiveram que partir para o litígio, no litígio é muito fácil você separar os bens imóveis ou móveis, mas quando se trata de ser humano é que a coisa pega, que é a questão da sua dissertação e o que é realmente isso que você falou, que se tem um referencial de idade, 12 anos pra baixo passa por uma avaliação do psicólogo judiciário ou a equipe psicossocial e o juiz se baseia muito nesse laudo da psicóloga. E a partir dos 12 anos se ele quiser, ele pode já ouvir o testemunho da criança, esta na lei. De acordo com a pesquisa que realizei anteriormente para minha monografia na graduação, o juiz disse que ele não possui técnicas das quais ele possa ter esse contato com a criança. **É isso mesmo!** E em relação aos aspectos emocionais que se encontram com a

criança? O psicólogo tem que ser técnico, ele não pode ser unilateral. Ele tem que ser profissional, ele não pode ficar com dó da mãe ou do pai, para favorecer alguém, não! Isso não existe e você sabe muito bem. Muitas vezes a gente quer tendenciar, mas temos que ser muito profissionais, racionais e ver o que é melhor para a criança naquele momento. Quando falamos dos aspectos emocionais, com uma criança na separação não deve ser nada fácil, mais ainda uma criança abaixo de doze anos, ela sofre por toda a carga emocional de briga e discussão, quando os pais não respeitam isso e discutem na frente da criança. Quando existe uma certa maturidade a criança sofre menos na separação, tudo bem querem separar, não da mais certo, vão lá conversam e se acertam, e vejam que existe uma criança ali, que pode estar sofrendo com as consequências de uma separação amigável ou não. E isso depende muito da personalidade da criança e de como ela vai lidar com isso? Por isso daí surgem as síndromes? É verdade, os traumas, as síndromes, os bloqueios, as revoltas, as rebeldias, isso acontece muito. Então quanto mais você lidar amistosamente, se preocupar com o que a criança vai sentir, melhor pra criança e para os próprios adultos também! Ai segue essa questão que esta logo abaixo ai que é em relação da Alienação Parental, é um assunto de mais de duas horas. Eu tenho um filme que fala sobre Alienação Parental... A morte inventada? A morte inventada... Eu tenho ele... Ótimo! Então, ali ele fala de todos os enfoques, as consequências da Alienação Parental. Isso acontece muito, a gente pensa que não, mas os juízes já estão tomando muito mais cuidado quanto a isso ai, na hora de decidir uma acusação da mãe ou do pai, mais da mãe quanto a Alienação Parental. Existe uma tese de uma juíza do Rio Grande do Sul, não sei se até já comentei com você, que ela faz uma pesquisa com esta questão da Alienação Parental, ela até se assusta no final da tese porque o percentual é muito alto, de mães que usam a Alienação Parental para se autobeneficiar, com relação até a própria criança inclusive, esquecendo que quem vai sofrer toda essa questão da alienação é a própria criança e podendo chegar até a vida adulta. Então a questão dos aspectos emocionais que você coloca ai, é muito forte

realmente, não se pode esquecer que o problema é dos adultos e não da criança. A criança é vítima e quanto menos traumas, bloqueios e síndromes que ela possa desencadear por conta disso, quanto menos isso acontecer com a criança melhor! Vai acontecer alguma coisa? Vai, você estudou na psicologia que tanto a mãe tem influencia na formação, a mãe mais na parte afetivo-emocional e o pai na questão do caráter, da moral, do respeito. Então quando uma dessas lacunas de afasta da criança fica faltando algo na sua formação. Por isso a gente tenta sempre recomendar, se afastou? Não esqueça da criança, não perca este contato com ela, o pai mesmo separado da mãe é fundamental na vida da criança. E a mãe da mesma forma, a mãe em uma separação não pode esquecer que a presença dela, são bases na vida de qualquer criança, pois vemos as crianças chegando perdidas e usadas como um objeto mesmo de disputa dos pais ou de um dos pais manipulando-as, as crianças chegam com frases prontas e a gente pode perceber que ela esta alienada a vontade de um dos pais. Vocês ficam sabendo a respeito da decisão do juiz? Uma das partes ruins deste trabalho é que não sabemos da decisão realizada pelo juiz e o acompanhamento da criança, saber se ela esta se adaptando a nova vida. E a guarda compartilhada? O juiz toma muito cuidado com relação a essa guarda, porque ele pensa se o pai ou a mãe moram na mesma cidade, pensa no comportamento dessa criança, ele tem já esse estudo que a presença tanto do pai quanto da mãe é fundamental, a não ser quando um dos dois comete violência, então depende de cada caso, porque os pais tem que estar cientes de que isso é para o bem da criança. Eu sempre li nos artigos e livros que a qualidade de relacionamento dos pais vai favorecer ou não as crianças. Sem duvida, e é muito difícil isso acontecer, a não ser que existe uma maturidade muito alta entre o casal, entre o pai e a mãe. No litigio é complicado, vai depender dos profissionais, psicólogos, juiz. E é muito difícil a criança não ter consequências em uma separação litigiosa, as crianças ficam muito abaladas com as brigas e as possíveis mudanças, elas refletem o conflito dos pais e creio também que sua adaptação vai depender de como os pais estão se relacionando. E a mediação familiar ela existe nesta

situação? Não existe uma equipe técnica para executar essa função, mas creio que ela ajudaria para que se tentasse favorecer um relacionamento sadio e ajudaria em muitos casos. Mas a possibilidade de existir seria fundamental e depende também do casal querer isso, porque igual a um dependente, não se pode forçar um tratamento, tem que querer, então em uma separação, todos tem que se comprometerem e querer. E digamos que de 100 casais em separação, 80 não querem nem saber de como está a criança, estão preocupados com eles mesmos e não respeitam a criança, então isso é prejudicial, no litígio chega a quase 100% mesmo. Mas para minimizar esta questão, o profissional, o psicólogo tem que sempre bater essa tecla, para que os pais pensem também nos filhos. A criança precisa de informação, de apoio do pai, apoio da mãe, de tudo isso que a gente vem falando. Pois essas coisas são muito serias, os traumas, as síndromes, o que pode ser isso na vida adulta. E tem algum acompanhamento após a decisão do juiz? Quando o juiz predetermina existe de fato, quando não, não. Só depende muito da mãe ou pai querer. Os juízes mais sensíveis ao fato recomendam para que os pais procurem apoio psicológico para a criança, mas não tem aquela necessidade. Agora quando há abuso e violência, o juiz intima e faz parte do processo, pois ele exige relatórios. O juiz determina que se faça o acompanhamento psicológico durante tempo indeterminado, o tempo que o psicólogo acha necessário, daí o juiz encaminha para a rede de proteção, no Cras e Creas, Clínica da Criança, Clínica da Mulher, sempre tem algum lugar que ele encaminha, pede relatório mensal e já sai da audiência com isso. Também não temos como saber se a criança vai ter trauma ou não, a probabilidade é muito grande, porque o ser humano não é como um copo que se quebra e podemos contar as partes, quantidade, não tem como a gente mensurar o que pode acontecer, a gente trabalha com as probabilidades, dados, com a hipótese, com o que pode acontecer pelo estudo, histórico, pela ciência, então sempre digo e coloco nos maus relatórios que recomenda-se a terapia para que minimize um pouco esse sofrimento, que pode acontecer ou não, porque depende de cada personalidade e de como a pessoa vai lidar com isso. É viável essa

preocupação, desta terapia depois da separação. Tudo que for pra ajudar essa criança a passar por esse processo de litigio é sempre bem vindo. Bom para finalizar, tem algo que gostaria de falar que dentro do seu trabalho pode ser aprimorado, que possa auxiliar em alguma coisa, novas práticas de trabalho... **Só espero que avance nesta questão da vitimização da criança, a gente percebe que a criança é muito vitimizada, para que a criança que sofra seja ouvida uma única vez e que a partir dali seja acolhida para algum tratamento, porque é um “serzinho” ali que esta em formação, então temos que ter muito essa preocupação. Mas estamos avançando, eu vejo que em todas as cidades isso tem avançado, existe uma grande preocupação dos juízes da infância e adolescência com as crianças vítimas de violência, vítimas de abuso, vítimas de separação litigiosa, então tem essa preocupação. Na minha cidade tem muitas indústrias chegando, com certeza, muitos trabalhadores, consequentemente problemas sociais acontecem. Então os juízes se reúnem com os promotores, com a equipe de rede de proteção, do que pode ser feito para melhorar essa questão social, palestras preventivas, pra que as pessoas fiquem mais esclarecidas com relação a prioridade absoluta que são as crianças. Então estamos avançando na questão de proteção, apesar que na pratica vemos muita violência contra as crianças, tanto intra como extrafamiliar, ainda existe violência, física, emocional, psicológica, sexual, então quanto mais ficarmos atentos melhor vai ser pra toda sociedade.**

ANEXO I - COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Valorizando talentos

Campo Grande, 07 de maio de 2012.

DECLARAÇÃO

(2º Via)

Declaramos para os devidos fins que o projeto **“A IMPORTANCIA DA ESCUTA DA CRIANÇA PELO PSICOLOGO, NO PROCESSO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA”** sob a responsabilidade de **Fernanda Correa Galvão Moraes**, sob a orientação da **Profª. Drª. Sonia Grubits**, protocolo nº **060/10** após análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco, foi considerado **aprovado** sem restrições.

Prof. Dr. Márcio Luis Costa

Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da
Universidade Católica Dom Bosco

MISSÃO SALESIANA DE MATO GROSSO - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário – CEP 79117-900 – CAMPO GRANDE – MS – BRASIL
CNPJ/MF: 03.226.149/0015-87 – Fone: 55 67 3312-3300 – Fax: 55 67 3312-3301 – www.ucdb.br
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa ♦ 3312-3615/3723 ♦ cep@ucdb.br

ANEXO II - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

TÍTULO II - DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I - Do Direito à Vida e à Saúde

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.

§1º A gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema.

§ 2º A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.

§ 3º Incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 5º A assistência referida no § 4º o deste artigo deverá ser também prestada a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

Art. 10 Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

I V - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

Art. 11 É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 11.185, de 2005).

§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

§ 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

Art. 12 Os estabelecimentos de atendimento à saúde de verão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

Art. 13 Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Parágrafo Único As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 14 O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

Parágrafo Único É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 15 A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16 O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17 O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Capítulo III - Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Seção I - Disposições Gerais

Art. 19 Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta,

assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 3º A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do parágrafo único do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 20 Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Art. 21 O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

Art. 22 Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Art. 23 A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

Parágrafo Único Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família

de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

Art. 24 A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22.